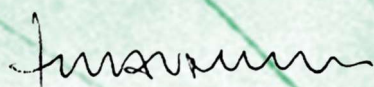
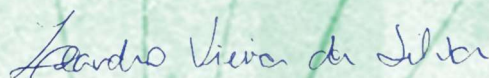


CARTA ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO, ESTADO DA BAHIA



Luiz Augusto Viva do Nascimento
Arqueólogo e Arquiteto



Leandro Vieira da Silva
Geógrafo e Arqueólogo



Daniel Bertrand
Arqueólogo e Historiador

**PORTO SEGURO/BA
AGOSTO DE 2025**



LEGOAS.



FICHA TÉCNICA

Luiz Augusto Viva do Nascimento

Arqueólogo e Arquiteto – Coordenação Técnica

Leandro Vieira da Silva

Geógrafo e Arqueólogo – Coordenação Técnica

Daniel Bertrand

Arqueólogo e Historiador – Coordenação Técnica

Daniel Kim Ferreira

Geógrafo – Especialista em Geoprocessamento

Carem Daiane Brito Santana

Maharany Timóteo Macêdo Barbosa

Rômulo Timóteo Macêdo Barbosa

Arqueólogos de apoio

Ernandes Souza Silva

Kendson Rocha De Jesus

Assistente de pesquisa

Kendson Rocha De Jesus

Auxiliar de pesquisa

Imagem da capa:

Atlas de João Teixeira Albernaz, de 1640, mostrando trecho da costa de Porto Seguro com o Monte Pascoal. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/bahia/mapas-historicos/monte-pascoal.htm>. Acesso em 17/08/2025.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1
2	REVISÃO DAS FICHAS DE REGISTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	2
2.1	Criação de base de dados	2
2.2	Produção de documentação para revisão e inserção de registros no CNSA	20
3	CONTEXTO ARQUEOLÓGICO MACRORREGIONAL	26
3.1	Aspectos ambientais	26
3.1.1	O clima	26
3.1.2	A geologia	27
3.1.3	A geomorfologia	28
3.1.4	A pedologia	31
3.1.5	A vegetação	33
3.2	Caracterização do patrimônio arqueológico	34
3.2.1	Caçadores-coletores	35
3.2.2	Os sambaquis	38
3.2.3	Os ceramistas Aratu-Sapucai	47
3.2.4	Os ceramistas Tupiguarani	52
3.2.5	A proximidade entre os ceramistas Aratu-Sapucai e os Tupiguarani na área de estudo da carta arqueológica	58
3.2.6	A História e a Arqueologia Histórica	64
3.2.6.1	Núcleos urbanos	64
3.2.6.2	Atividades econômicas	68
3.2.6.3	Engenhos de açúcar	70
3.2.6.4	Aldeamentos indígenas	75
3.2.6.5	Igrejas	78
3.2.6.6	Estruturas defensivas e a Casa de Câmara e Cadeia	79
3.2.7	Potencialidade do patrimônio arqueológico municipal	81
4	PRODUÇÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DE PORTO SEGURO	83
4.1	As cartas temáticas e a gestão do patrimônio arqueológico	83
4.2	Metodologia para a produção das cartas temáticas	89
4.3	Zoneamento Arqueológico das áreas rurais	93
4.4	Zoneamento Arqueológico das áreas urbanas	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6	REFERÊNCIAS	100
ANEXO I	Fichas de registro dos sítios arqueológicos no CNSA	
ANEXO II	Arquivos Access das fichas de registro do CNSA	
ANEXO III	Registro Fotográfico dos Sítios Arqueológicos	
ANEXO IV	Cartas Temáticas que compõem a Carta Arqueológica de Porto Seguro	



1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a **Carta Arqueológica do Município de Porto Seguro**, estado da Bahia, em atendimento ao Termo de Referência que integra o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do empreendimento Jardim Floresta Trancoso, processo IPHAN nº 01502.000882/2022-39.

A Carta Arqueológica de Porto Seguro foi proposta ao IPHAN pela Acervo e a Prefeitura Municipal de Porto Seguro, que vêm colaborando na estruturação de ações de preservação e gestão do patrimônio cultural e arqueológico no município, contando também com o apoio da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

A produção da Carta Arqueológica é baseada no conhecimento da Acervo sobre os sítios arqueológicos da região¹, utilizado para a produção de textos e cartas temáticas essenciais para a interpretação e gestão do patrimônio arqueológico, especialmente na faixa litorânea tombada pelo IPHAN, beneficiando tanto a esfera federal quanto a municipalidade. A Carta fornece subsídios para deliberações sobre a implantação de novos empreendimentos, levando em consideração o potencial arqueológico do território e permitindo a adoção de medidas preventivas com origem desvinculada de licenciamentos ambientais.

Para que o resultado previsto fosse alcançado, foi realizada inicialmente a revisão das fichas de registro dos sítios arqueológicos do município, apresentada no Capítulo 1, seguido pela compilação de dados de contextualização ambiental, histórico e arqueológico, apresentada no Capítulo 2. A somatória das informações revisadas e pesquisadas permitiram a produção das cartas observadas no Capítulo 3, acompanhadas de texto explicativo sobre sua elaboração e os critérios estabelecidos para a adoção de níveis de potencialidade arqueológica.

¹ 96% dos 82 sítios arqueológicos conhecidos em Porto Seguro foram registrados por equipe residente em Porto Seguro a partir de 1996.



2 REVISÃO DAS FICHAS DE REGISTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

2.1 CRIAÇÃO DE BASE DE DADOS

A base de dados sobre os sítios arqueológicos de Porto Seguro foi criada para subsidiar a elaboração da Carta Arqueológica do município, expondo problemas informacionais conhecidos que motivaram a proposição da revisão das fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) disponíveis publicamente – documentos estes que alimentam os sistemas de informação do IPHAN, como o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

As informações sobre os sítios arqueológicos de Porto Seguro são encontradas em bases diversas com origem predominante em documentos analógicos, pois o início das pesquisas na região ocorreu mais de 20 anos antes da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em 2017.

Por este motivo, a elaboração da base de dados exigiu a compilação de informação de quatro fontes documentais:

- SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão;
- CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos;
- Arquivo do Núcleo de Arqueologia do IPHAN-BA;
- Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em Porto Seguro e
- Arquivo da Acervo².

As duas primeiras fontes listadas acima compreendem sistemas de informações do IPHAN disponíveis via internet, enquanto a terceira se refere a uma base de dados desenvolvida pelo Núcleo de Arqueologia da Superintendência do IPHAN na Bahia, composta por relatórios de pesquisas e fichas de registro de sítios

² O arquivo da Acervo armazena documentos e coleções do período anterior à sua constituição (2003), quando as pesquisas na região foram iniciadas pelo NAPAS/MAE/UFBA (1996-2003).

arqueológicos que integram processos de pesquisas analógicos. Registros documentais físicos nos arquivos do Escritório Técnico do IPHAN em Porto Seguro e na Acervo, permitiram a identificação de sítios que não constam no SICG.

A partir dessa atividade, a equipe realizou a revisão dos dados quanto a localização e tipologia dos sítios arqueológicos. Criando, dessa forma, base georreferenciada com a localização dos sítios, com o cruzamento de várias bases para revisão dos dados.

Com essas informações em mãos, a equipe realizou a edição de versões atualizadas, quando necessárias, das fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA para serem encaminhadas ao IPHAN-BA para análise e encaminhamento ao CNA para inserção das informações no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG.

Com a base de dados revisada, a equipe seguiu para visitar os sítios arqueológicos com o objetivo de criar base fotográfica deles. Em alguns sítios não foi necessária a vistoria em campo devido a existência de base cartográfica atualizada, como no caso dos sítios Engenho de Itacimirim e Taípe II a V.

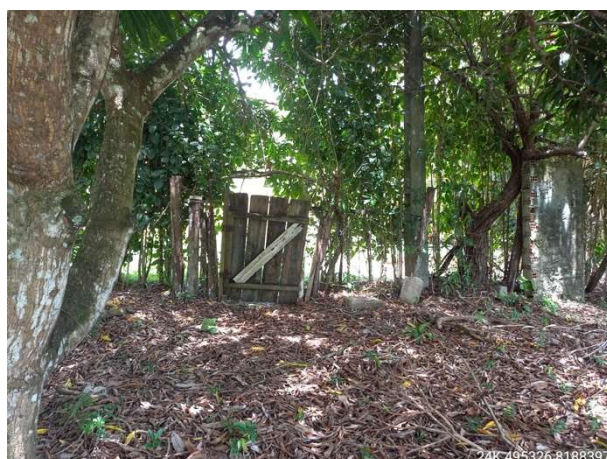
A vistoria dos sítios tinha como objetivo a confirmação da localização, tipologia e, principalmente, a definição do perímetro dos assentamentos. Na revisão das informações existentes desses assentamentos, tinha-se somente o ponto central onde a forma que foi obtido tinha grau de precisão baixo. Nos sítios relacionados ao projeto de mapeamento executado pelo NAPAS, por exemplo, a margem de erro da localização dos sítios passava de 150 m.

Dos objetivos elencados, realizou-se ajustes quanto a posição dos sítios arqueológicos para atualização da base georreferenciada, reduzindo a margem de erro para os 5 m devido ao uso do GPS. No entanto, em muitos dos sítios arqueológicos visitados não foi possível revisar a sua tipologia, mantendo-se, dessa forma, as informações do levantamento inicial embasada nos relatórios e documentação de campo, bem como nos vestígios presentes nas coleções desses sítios.

A definição dos perímetros também foi impossibilitada devido principalmente à presença de vegetação, que impediu o registro de vestígios arqueológicos em superfície, e a falta de previsão de intervenções subsuperficiais no projeto.



Figuras 1 e 2: Vistoria de campo no sítio arqueológico São Francisco 1.



Figuras 3 e 4: Vistoria de campo no sítio arqueológico Mangues 1.



Figuras 5 e 6: Vistoria de campo no sítio arqueológico Jaqueiras.



Figuras 7 e 8: Vistoria de campo no sítio arqueológico bebedor de Onça.



Figuras 9 e 10: Vistoria de campo no sítio arqueológico Cleia.

Outro aspecto observado durante o trabalho de revisão dos dados para a construção da base cartográfica e confirmada nas vistorias realizadas, muitos sítios arqueológicos foram identificados a partir de pesquisas associadas a licenciamento ambiental, principalmente a empreendimentos hoteleiros e imobiliários, resultando em alterações significativas aos sítios nos dias de hoje. Exemplo disso são os sítios Pedro Grande 1 e 2 localizados em loteamento de mesmo nome, onde as coordenadas de posicionamento do sítio encontram-se em lotes residenciais construídos. Outros sítios foram identificados a partir dos trabalhos de requalificação ou melhorias de locais ou equipamentos públicos.

Nas imagens a seguir podemos observar exemplos de como estão atualmente alguns sítios identificados em áreas com empreendimento imobiliários ou áreas públicas.



Figuras 11 e 12: Vistoria de campo no sítio arqueológico Vila Verde 1.



Figuras 13 e 14: Vistoria de campo no sítio arqueológico São Pedro, situado na praça de mesmo nome, no Arraial d'Ajuda.



Figuras 15 e 16: Vistoria de campo no sítio arqueológico Alto do Tororão 1.



Figuras 17 e 18: Vistoria de campo no sítio arqueológico Terravista 1.



Figuras 19 e 20: Vistoria de campo no sítio arqueológico Altos de Trancoso.



Por fim, outro aspecto a ser observado sobre o trabalho de vistoria dos sítios arqueológicos, principalmente nas zonas rurais distante dos núcleos urbanos foi a situação de insegurança existente nos períodos das atividades de campo e que perduram até hoje. Esse fato impossibilitou, em muitos casos, o acesso da equipe em determinadas regiões do município, caso dos trechos dos distritos de Vale Verde e Pindorama. A equipe de campo foi alertada inúmeras vezes, durante as atividades de campo, do perigo de andar pelas estradas carroçáveis, havendo também a recusa de acesso a alguns locais.

Com base nas observações acima foi elaborada a Base de Dados apresentada de forma sintética na sequência para ilustrar a compilação de dados revisados sobre os sítios arqueológicos da região, que servem de ponto de partida para as demais atividades desenvolvidas.

TABELA 1: BASE DE DADOS SOBRE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE PORTO SEGURO/BA

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
1	Aldeia dos Macacos	BA2925303BAST00047		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	487747	8165856	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Residencial Jardim Floresta Trancoso	01502.001488/2020-56 / 01502.000882/2022-39	
2	Aldeia Velha	BA2925303BAST00024		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Reserva Indígena Aldeia Velha	24 K	487558	8179250	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	
3	Alto da Pitinga	BA2925303BAST00012		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Praia de Pitinga / Fazenda Arraial d'Ajuda	24 K	491738	8174599	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Alto de Pitinga	01502.000010/2002-27	
4	Alto do Segredo			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	490172	8167196	Salvamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Alto do Segredo	01502.000403/2001-00	
5	Alto do Tororão 1	BA2925303BAST00014		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	492052	8175657	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Corais do Arraial	01502.000292/2001-81	
6	Alto do Vilage	BA2925303BAST00015		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Distrito Sede	24 K	494739	8189845	Acompanhamento Arqueológico da Ampliação do SES de Porto Seguro	01502.000346/2002-17	
7	Altos de Trancoso	BA2925303BAST00013		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	489729	8165419	Diagnóstico Arqueológico do Porto Livre - Trancoso	01502.000041/2003-69	
8	Barra Velha			Pré-colonial cerâmico Aratu	Caraíva	24 K	484367	8136337	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
9	Bebedor da Onça			Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Trancoso	24 K	484040	8178720	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
10	Buranhém I			Pré-colonial sambaqui	Arraial d'Ajuda - Fazenda Japara	24 K	489601	8181246	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-32	
11	Buranhém II	BA2925303BAST00049		Pré-colonial sambaqui	Arraial d'Ajuda	24 K	489265	8181175	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-33	
12	Buranhém III			Histórico	Pindorama	24 K	475242	8188184	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
13	Buranhém IV	BA2925303BAST00048		Pré-colonial sambaqui	Distrito Sede	24 K	484568	8183855	Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da LD 138 kV Centro de Convenções - Terravista / Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Estrada de Porto Seguro – Arraial d'Ajuda, município de Porto Seguro	01502.000071/2002-94 / 01502.000470/2023-80	
14	Buranhém V	BA2925303BAST00025		Pré-colonial sambaqui	Fazenda Tanque	24 K	489382	8182515	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	
15	Buranhém VI	BA2925303BAST00026		Pré-colonial sambaqui	Distrito Sede - Ilha Pau do Macaco	24 K	485425	8182048	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	
16	Buranhém VII	BA2925303BAST00028		Pré-colonial sambaqui	Distrito Sede - Ilha Pau do Macaco	24 K	486516	8182769	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
17	Buranhém VIII	BA2925303BAST00029		Pré-colonial sambaqui	Distrito Sede - Ilha Pau do Macaco	24 K	485356	8181486	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	
18	Buranhém IX	BA2925303BAST00030		Pré-colonial sambaqui	Distrito Sede - Ilha Pau do Macaco	24 K	486349	8181949	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	
19	Buranhém X	BA2925303BAST00031		Pré-colonial sambaqui	Fazenda Japara	24 K	485966	8179989	Os Sambaquis do Sul da Bahia: Um Estudo Sobre o Uso e Organização Espacial Inter e Intra-sítio no Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba	01502.000743/2006-95	
20	Buranhém XI	BA2925303BAST00050		Histórico	Distrito Sede	24 K	484617	8183916	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Estrada de Porto Seguro – Arraial d'Ajuda, município de Porto Seguro	01502.000470/2023-80	
21	Campo de Pouso			Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Arraial d'Ajuda	24 K	491445	8177161	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
22	Canoas	BA2925303BAST00036		Multicomponencial histórico, pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Vale Verde	24 K	480580	8182660	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
23	Ceci			Histórico	Trancoso	24 K	483781	8179290	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
24	Cidade Alta de Porto Seguro			Histórico	Distrito Sede - Bairro Cidade Histórica	24 K	493045	8182586	Rede de Saneamento Básico - Porto Seguro (Centro e Cidade Histórica) (1996-1997) / Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000241/1996-86 / 01502.000001/1998-34	
25	Cidade Baixa de Porto Seguro			Histórico	Distrito Sede - Bairros Centro e Pacatá	24 K	493174	8181018	Rede de Saneamento Básico - Porto Seguro (Centro e Cidade Histórica) (1996-1997)	01502.000241/1996-86 / 01502.01502.000001/1998-34 / 01502.000623/2022-16	
26	Cléia			Multicomponencial histórico e pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Trancoso	24 K	484615	8169488	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
27	Dois de Ouro	BA2925303BAST00033		Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Pindorama	24 K	469565	8188055	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
28	Engenho do Itacimirim	BA2925303BAST00005	CNSA - BA00208	Multicomponencial histórico, pré-colonial Tupiguarani e lítico	Distrito Sede - Orla Norte, Praia de Itacimirim	24 K	494435	8185592	Linha de Transmissão 138kV Porto Seguro - Coroa Vermelha (1998)	01502.000338/1997-05	
29	Engenho do Itacimirim II	BA2925303BAST00023		Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Praia de Curuípe - Orla Norte	24 K	494391	8185080	Levantamento Arqueológico Interventivo na Área de implantação do empreendimento particular Sítio Itacimirim	01502.000430/2015-28	
30	Fazenda Itaquena	BA2925303BAST00037		Pré-colonial lítico	Trancoso	24 K	489739	8159345	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Fazendas Reunidas Itaquena	01502.001004/2005-30	
31	Fazenda Nova América			Histórico	Vale Verde	24 K	477300	8184230	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
32	Fazenda Paulinho			Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Vale Verde	24 K	475500	8184540	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
33	Fazenda do Salvatore			Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Vale Verde	24 K	478400	8183270	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
34	Fazenda Santana			Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Vale Verde	24 K	471360	8187000	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
35	Fazenda Vistabela			Histórico	Vale Verde	24 K	477530	8183120	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
36	Igreja de São João Batista	BA2925303BAST00046		Histórico	Trancoso	24 K	490131	8165868	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
37	Ilha de Caculé		CNSA - BA00154	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada		localização desconhecida					Sítio cadastrado por Valentin Calderón, sem informações de localização. A data da ficha do CNSA (registro) não corresponde ao período da identificação do sítio.
38	Itapororoca I	BA2925303BAST00021		Pré-colonial lítico	Itapororoca	24 K	489704	8161080	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica AFRICATUR	01502.000390/2009-76	
39	Itapororoca II	BA2925303BAST00041		Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Trancoso	24 K	489669	8162589	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica em Área de Residência em Itapororoca / Salvamento na Área de Implantação do Projeto Itapororoca	01502.003613/2008-76	
40	Itapororoca III			Pré-colonial lítico	Trancoso	24 K	488620	8162920	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Projeto Itapororoca - Bahia Beach - Trancoso / Salvamento na Área de Implantação do Projeto Itapororoca / Sítios Itapororoca II, Itapororoca III, Itapororoca IV e Itapororoca V)	01502.003302/2009-98 / 01502.000439/2010-24	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
41	Itapororoca IV			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	489836	8162332	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Projeto Itapororoca - Bahia Beach – Trancoso / Salvamento na Área de Implantação do Projeto Itapororoca / Sítios Itapororoca II, Itapororoca III, Itapororoca IV e Itapororoca V)	01502.003302/2009-98 / 01502.000439/2010-25	
42	Itapororoca V			Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Trancoso	24 K	489980	8162530	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Projeto Itapororoca - Bahia Beach – Trancoso / Salvamento na Área de Implantação do Projeto Itapororoca / Sítios Itapororoca II, Itapororoca III, Itapororoca IV e Itapororoca V)	01502.003302/2009-98 / 01502.000439/2010-26	
43	Itapororoca VI			Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Trancoso	24 K	489734	8163540	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Projeto Itapororoca - Bahia Beach – Trancoso / Salvamento na Área de Implantação do Projeto Itapororoca / Sítios Itapororoca II, Itapororoca III, Itapororoca IV e Itapororoca V)	01502.003302/2009-98 / 01502.000439/2010-23	Itapororoca II, alterado para Itapororoca VI para evitar duplicidade de nome dada a existência de registro anterior
44	Jaca Dura	BA2925303BAST00001	CNSA - BA00267	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Distrito Sede - Orla Norte, Aldeia Jaqueira, Rio dos Mangues	24 K	496207	8190130			Sítio cadastrado pela arqueóloga Irmhild Wüst

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
45	Jacarandá 1			Pré-colonial cerâmico Aratu	São José do Panorama (Queimado)	24 K	451042	8171655	Sítio cadastrado no IPHAN como BA-PS - 01 segundo minuta de Termo de Compromisso a ser firmado entre a Veracel Celulose e o órgão (documento digital s/d editado em 2001 encontrado nos arquivos da Acervo). Cadastro não localizado		Informações de localização da Fazenda Noronha imprecisas/insuficientes para elaboração de ficha de sítio identificado por Celso Perota
46	Jambeiro 2 Talhão 18			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Caraíva	24 K	469641	8138949	Diagnóstico - Ocorrências Arqueológicas em Áreas da Veracel	01502.000238/2005-60	Sítio localizado para a Veracel Celulose em área da empresa
47	Jaqueiras	BA2925303BAST00034		Histórico	Pindorama	24 K	469445	8187195	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA / Diagnóstico e Monitoramento Arqueológico da Rodovia BA-S/C - Trecho BA-001 - Entroncamento Porto Seguro	01502.000001/1998-34 / 01502.000400/2002-24	No processo de 2002 encontram-se parte das fichas do processo de 1998
48	Juacema			Histórico	Caraíva	24 K	485647	8148026	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
49	Linha Coelba 1			Histórico	Arraial d'Ajuda	24 K	484370	8182078	Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da LD 138 kV Centro de Convenções - Terravista	01502.000071/2002-94	
50	Linha Coelba 2			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	484253	8182450	Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da LD 138 kV Centro de Convenções - Terravista	01502.000071/2002-94	
51	Mangues I			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Distrito Sede - Orla Norte, Praia de Taperapuã. Loteamento Amazonas e Paraíso Europeu	24 K	495320	8188383	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
52	Mirante do Porto	BA2925303BAST00051		Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Distrito Sede	24 K	492627	8182597	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Walmart – Defronte à Rodoviária de Porto Seguro / Projeto de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Walmart em Porto Seguro	01502.002800/2009-13 / 01502.003939/2009-84 /	
53	Mucugê	BA2925303BAST00008		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	492118	8175952	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Hotel Boutique	01502.001237/2020-71	
54	Núcleo Urbano de Vale Verde			Histórico	Vale Verde	24 K	476844	8183933	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
55	Núcleo Urbano do Arraial d'Ajuda	BA2925303BAST00016		Histórico	Arraial d'Ajuda	24 K	492210	8176916	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
56	Orla Norte I	BA2925303BAST00039		Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Distrito Sede	24 K	495033	8187760	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica em Terrenos da Orla Norte, Porto Seguro/BA	01502.002421/2009-23	
57	Outeiro da Glória	BA2925303BAST00004	CNSA - BA00155 e CNSA - BA00207	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Distrito Sede - Outeiro da Glória	24 K	493225	8183121	Linha de Transmissão 138kV Porto Seguro - Coroa Vermelha (1998)	01502.000338/97-05	Ruínas da Igreja de N. Sa. da Glória / Sítio da Igreja de São Francisco de Assis / Primeira Igreja do Brasil. Ficha inicial preenchida em 1984 pela arqueóloga do IPHAN Edna June Morley, em vistoria para apurar denúncia.
58	Pedro Grande I	BA2925303BAST00042		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	490329	8168166	Salvamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Sítio Pedro Grande	01502.000314/2001-11	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
59	Pedro Grande II	BA2925303BAST00044		Histórico	Trancoso	24 K	490522	8168054	Salvamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Sítio Pedro Grande	01502.000314/2001-11	
60	Península de Itapororoca	BA2925303BAST00032	CNSA - BA00425	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Trancoso	24 K	489782	8161382	Levantamento Arqueológico na Área de Implantação de Residência Particular na Península de Itapororoca	01502.000605/2007-97	
61	Ponta do Patimirim	BA2925303BAST00007	CNSA - BA00705	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Trancoso	24 K	489671	8160821			Localizado na
62	Praça Jesuítica de Trancoso	BA2925303BAST00045		Multicomponencial histórico e pré-colonial Aratu	Trancoso - Ponta de Itapororoca	24 K	489991	8165882	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
63	Principessa Mafalda	BA2925303BAST00009		Histórico subaquático de naufrágio	Oceano Atlântico	24 K	622438	8123774			Sítio de naufrágio ocorrido em 24/10/1927. O SICG cita duas fontes históricas com diferentes coordenadas de localização.
64	Rancho do Bosque			Multicomponencial histórico e pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Vale Verde	24 K	481100	8182300	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA e Diagnóstico e Monitoramento Arqueológico da Rodovia BA-S/C - Trecho BA-001 - Entroncamento Porto Seguro	01502.000001/1998-34 e 01502.000400/2002-24	No processo de 2002 encontram-se parte das fichas do processo de 1998. Também identificado como Fazenda do Bosque / Bosque
65	Santo Amaro 1			Histórico	Arraial d'Ajuda	24 K	486714	8179571	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
66	Santo Amaro 2			Histórico	Arraial d'Ajuda	24 K	486744	8179486	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	
67	Santo Amaro 3			Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Arraial d'Ajuda	24 K	487394	8179157	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
68	São Francisco 1	BA2925303BAST00003	CNSA - BA00206	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Distrito Sede - Outeiro de São Francisco	24 K	493610	8184180	Linha de Transmissão 138kV Porto Seguro - Coroa Vermelha (1998)	01502.000338/97-05	
69	São Pedro			Pré-colonial cerâmico Aratu	Arraial d'Ajuda - Praça São Pedro	24 K	490944	8177349	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	Praça São Pedro
70	Taípe I	BA2925303BAST00019		Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Trancoso	24 K	490844	8171220	Levantamento Arqueológico na Ares de Implantação do Club Med	01502.000214/2001-87	
71	Taípe II			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	490079	8172397	Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Taípe - Condomínio Trancoso, Porto Seguro	01502.001253/2010-92	
72	Taípe III			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	490285	8172087	Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Taípe - Condomínio Trancoso, Porto Seguro	01502.001253/2010-93	
73	Taípe IV			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	490755	8172288	Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Taípe - Condomínio Trancoso, Porto Seguro	01502.001253/2010-94	
74	Taípe V			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Arraial d'Ajuda	24 K	491191	8172630	Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Taípe - Condomínio Trancoso, Porto Seguro	01502.001253/2010-95	
75	Tapera I	BA2925303BAST00035		Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Vale Verde	24 K	479770	8182950	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	Fazenda Tapera, Sítio do Raimundo
76	Tapera II			Histórico	Vale Verde	24 K	479310	8183120	Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Bahiano/BA	01502.000001/1998-34	PSV.5.B; Projeto Vale Verde
77	Terravista 1			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	490674	8170705	Salvamento Arqueológico na Área do Complexo Turístico Hoteleiro - Terravista	01502.000023/2002-04	Ficha de sítio sem coordenadas
78	Terravista 2			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	490593	8170097	Salvamento Arqueológico na Área do Complexo Turístico Hoteleiro - Terravista	01502.000023/2002-04	Ficha de sítio sem coordenadas

ITEM	IDENTIFICAÇÃO			TIPO	LOCALIDADE	COORDENADAS UTM (PONTO CENTRAL)			PROJETO DE PESQUISA	PROCESSO IPHAN	OBSERVAÇÕES
	NOME	SIGLA SICG	SIGLA CNSA								
79	Terravista 3			Pré-colonial cerâmico Aratu	Trancoso	24 K	490680	8169868	Salvamento Arqueológico na Área do Complexo Turístico Hoteleiro - Terravista	01502.000023/2002-04	Ficha de sítio sem coordenadas
80	Vale do Trancoso	BA2925303BAST00038		Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Trancoso	24 K	488889	8166195	Prospecção Arqueológica Loteamento Vale do Trancoso	01502.001141/2005-74	
81	Vila Verde			Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Distrito Sede	24 K	489909	8182720	Parecer Técnico nº 01/03 da Acervo atendendo ao Ofício nº 188 de 24/10/2003 da então 9ª Sub-Regional do IPHAN, atual Escritório Técnico I de Porto Seguro		
82	Vila Verde II	BA2925303BAST00040	CNSA - BA00064	Histórico	Distrito Sede	24 K	489713	8183069	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Supermercado Maxxi. Margens da BR-367, Município de Porto Seguro	01502.002822/2011-06	

2.2 PRODUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA REVISÃO E INSERÇÃO DE REGISTROS NO CNSA

As fichas de registro dos sítios arqueológicos foram o ponto de partida para a investigação das informações primárias que lhes deram origem e, a baseado nelas, observou-se que 50% dos 82 sítios catalogados nesta pesquisa não possuíam registro no SICG.

Em relação aos 74 sítios arqueológicos identificados nas diversas bases de dados consultadas para verificação de existência de registro no CNSA no início das atividades em 2023, houve a redução para 72 devido aos seguintes fatores:

- Duplicidade de registro do sítio Outeiro da Glória;
- Informações sobre o Sítio Jaqueiras em duplicidade.

No entanto, outros 10 sítios foram acrescentados, considerando:

- A identificação do cadastro dos sítios Mirante do Porto, Itapororoca III, Itapororoca IV, Itapororoca V e Itapororoca VI na documentação de processos durante as pesquisas;
- A identificação e cadastro dos sítios Buranhém XI, Taípe II, Taípe III, Taípe IV e Taípe V pela equipe da Acervo em atividades de campo.

Dessa forma, o trabalho de revisão das fichas de registro privilegiou o levantamento de informações para completar as bases de dados do IPHAN, produzindo documentos para alinhá-las com o histórico da produção de pesquisa arqueológica regional. O levantamento documental dos assentamentos foi seguido de vistorias *in loco* para produção de imagens atualizadas dos sítios em todos os compartimentos da paisagem onde houve a identificação de patrimônio arqueológico.

É importante destacar a presença de uma grande quantidade de fichas que integram relatórios de pesquisa, especialmente nos processos em meio físico, que não constam no CNSA, fato que demandou da equipe a busca por informações dos sítios nos relatórios, registros de pesquisa e em fichas produzidas e não enviadas ao CNA, mas presentes na documentação, com a posterior análise da paisagem para ajustar coordenadas geográficas inconsistentes ou ausentes.

Com base nos levantamentos documentais e de campo, foi realizada análise de quais informações precisavam ser inseridas ou atualizadas no CNSA, conforme indicado na **Tabela 2** apresentada na sequência. Nela é possível observar sobre quais sítios houve necessidade de atualização, destacando, inclusive, aqueles que já possuíam fichas em processos, porém sem envio ao CNA, além das informações produzidas pela equipe, que envolveram a elaboração de novas fichas de cadastro e registro fotográfico.

As fichas de registro para atualização dos registros no CNSA e listagem de fotos encontram-se nos

As fichas do CNSA para atualização dos registros dos sítios foram geradas em pdf e apresentadas no **Anexo I**, com os arquivos Access correspondentes no **Anexo II** e Registro Fotográfico dos Sítios no **Anexo III**.

**TABELA 2: ATUALIZAÇÃO DE DADOS E RECADASTRAMENTO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE
PORTO SEGURO/BA**

ITEM	SÍTIO	LOCALIDADE	TIPO	CADASTRO DO SÍTIO NOS SISTEMAS DO IPHAN	NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO	INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PARA CADASTRO OU ATUALIZAÇÃO	AÇÕES COMPLEMENTARES AO CADASTRO
1	Aldeia dos Macacos	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Sim	Ficha de Registro e Fotos	Atualização da ficha de sítio e envio de registro fotográfico.
2	Aldeia Velha	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
3	Alto da Pitinga	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
4	Alto do Segredo	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	CNSA	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
5	Alto do Tororão 1	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Sim	Ficha de Registro e Fotos	Atualização da ficha de sítio e envio de registro fotográfico.
6	Alto do Vilage	Distrito Sede	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Fotos	
7	Altos de Trancoso	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
8	Barra Velha	Caraíva	Pré-colonial cerâmico Aratu	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
9	Bebedor da Onça	Trancoso	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
10	Buranhém I	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial sambaqui	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
11	Buranhém II	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
12	Buranhém III	Pindorama	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
13	Buranhém IV	Distrito Sede	Pré-colonial sambaqui	SICG	Sim	Ficha de Registro	Envio da ficha de CNSA atualizada.
14	Buranhém V	Fazenda Tanque	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
15	Buranhém VI	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
16	Buranhém VII	Distrito Sede	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
17	Buranhém VIII	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
18	Buranhém IX	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
19	Buranhém X	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial sambaqui	SICG	Não	Sem atualização	
20	Buranhém XI	Distrito Sede	Histórico	SICG	Não	Sem atualização	
21	Campo de Pouso	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
22	Canoas	Vale Verde	Multicomponencial histórico, pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	SICG	Não	Fotos	
23	Ceci	Trancoso	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
24	Cidade Alta de Porto Seguro	Distrito Sede	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
25	Cidade Baixa de Porto Seguro	Distrito Sede	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	

ITEM	SÍTIO	LOCALIDADE	TIPO	CADASTRO DO SÍTIO NOS SISTEMAS DO IPHAN	NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO	INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PARA CADASTRO OU ATUALIZAÇÃO	AÇÕES COMPLEMENTARES AO CADASTRO
26	Cléia	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
27	Dois de Ouro	Pindorama	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	SICG	Não	Sem atualização	
28	Engenho do Itacimirim	Distrito Sede	Multicomponencial histórico, pré-colonial Tupiguarani e lítico	CNSA e SICG	Sim	Ficha de Registro e Fotos	Atualização da ficha de sítio e envio de registro fotográfico.
29	Engenho do Itacimirim II	Distrito Sede	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	SICG	Não	Fotos	
30	Fazenda Itaquena	Trancoso	Pré-colonial lítico	SICG	Não	Sem atualização	
31	Fazenda Nova América	Vale Verde	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
32	Fazenda Paulinho	Vale Verde	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
33	Fazenda do Salvatore	Vale Verde	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
34	Fazenda Santana	Vale Verde	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
35	Fazenda Vistabela	Vale Verde	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
36	Igreja de São João Batista	Trancoso	Histórico	SICG	Não	Fotos	
37	Ilha de Caculé	desconhecido	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	CNSA	Sim	Sem atualização	Não é possível recadastrar o sítio cadastrado por Valentin Calderón por falta de informações de localização na ficha do CNSA.
38	Itapororoca I	Trancoso	Pré-colonial lítico	SICG	Não	Sem atualização	
39	Itapororoca II	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
40	Itapororoca III	Trancoso	Pré-colonial lítico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
41	Itapororoca IV	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
42	Itapororoca V	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
43	Itapororoca VI	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	Necessário renomear o sítio Itapororoca II para Itapororoca VI por existência de registro anterior com essa denominação
44	Jaca Dura	Distrito Sede	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	CNSA e SICG	Não	Fotos	
45	Jacarandá 1	Queimado	Pré-colonial cerâmico Aratu	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
46	Jambeiro 2	Caraíva	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Sim	Ficha de Registro	

ITEM	SÍTIO	LOCALIDADE	TIPO	CADASTRO DO SÍTIO NOS SISTEMAS DO IPHAN	NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO	INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PARA CADASTRO OU ATUALIZAÇÃO	AÇÕES COMPLEMENTARES AO CADASTRO
47	Jaqueiras	Pindorama	Histórico	SICG	Não	Fotos	
48	Juacema	Caraíva	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
49	Linha Coelba 1	Arraial d'Ajuda	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
50	Linha Coelba 2	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
51	Mangues I	Distrito Sede	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
52	Mirante do Porto	Distrito Sede	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
53	Mucugê	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Fotos	
54	Núcleo Urbano de Vale Verde	Vale Verde	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
55	Núcleo Urbano do Arraial d'Ajuda	Arraial d'Ajuda	Histórico	SICG	Não	Fotos	
56	Orla Norte I	Distrito Sede	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	SICG	Não	Fotos	
57	Outeiro da Glória	Distrito Sede	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	CNSA e SICG	Sim	Ficha de Registro e Fotos	Revisão de duplicidade no cadastro do CNSA (CNSA - BA00155 e CNSA - BA00207)
58	Pedro Grande I	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
59	Pedro Grande II	Trancoso	Histórico	SICG	Não	Sem atualização	
60	Península de Itapororoca	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	CNSA e SICG	Não	Sem atualização	
61	Ponta do Patimirim	Trancoso	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	CNSA e SICG	Não	Sem atualização	
62	Praça Jesuítica de Trancoso	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial Aratu	SICG	Não	Fotos	
63	Princesa Mafalda	Oceano Atlântico	Histórico subaquático de naufrágio	SICG	Não	Sem atualização	
64	Rancho do Bosque	Vale Verde	Multicomponencial histórico e pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
65	Santo Amaro 1	Arraial d'Ajuda	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
66	Santo Amaro 2	Arraial d'Ajuda	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
67	Santo Amaro 3	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro	
68	São Francisco 1	Distrito Sede	Pré-colonial cerâmico sem filiação cultural determinada	CNSA e SICG	Não	Fotos	
69	São Pedro	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Aratu	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	

ITEM	SÍTIO	LOCALIDADE	TIPO	CADASTRO DO SÍTIO NOS SISTEMAS DO IPHAN	NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO	INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PARA CADASTRO OU ATUALIZAÇÃO	AÇÕES COMPLEMENTARES AO CADASTRO
70	Taípe I	Trancoso	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
71	Taípe II	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Cadastro de Ficha consta no processo ausente nos sistemas	Ficha de Registro e Fotos	
72	Taípe III	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Cadastro de Ficha consta no processo ausente nos sistemas	Ficha de Registro e Fotos	
73	Taípe IV	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Cadastro de Ficha consta no processo ausente nos sistemas	Ficha de Registro e Fotos	
74	Taípe V	Arraial d'Ajuda	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Cadastro de Ficha consta no processo ausente nos sistemas	Ficha de Registro e Fotos	
75	Tapera I	Vale Verde	Multicomponencial histórico e pré-colonial Tupiguarani	SICG	Não	Sem atualização	
76	Tapera II	Vale Verde	Histórico	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
77	Terravista 1	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
78	Terravista 2	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
79	Terravista 3	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Aratu	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
80	Vale do Trancoso	Trancoso	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	SICG	Não	Fotos	
81	Vila Verde	Distrito Sede	Pré-colonial cerâmico Tupiguarani	Sem registro	Envio de Ficha para o CNA	Ficha de Registro e Fotos	
82	Vila Verde II	Distrito Sede	Histórico	SICG	Não	Fotos	

3 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO MACRORREGIONAL

Para a elaboração desta compilação de dados arqueológicos foi feita uma revisão bibliográfica com maior profundidade sobre a produção científica realizada nesta área, por meio de livros, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos de periódicos e anais de congresso e fazendo relações com o patrimônio arqueológico já conhecido e identificado.

A partir dessas ações, a presente caracterização está organizada em: 1 - reapresentação com a transcrição das características ambientais da área de estudo: clima, geologia, relevo, solos e vegetação que já foram apresentadas na etapa anterior; 2 - dos dados pré-históricos e históricos levantados para a área, com base em registros documentais e depoimentos orais de pesquisadores que tiveram atividades profissionais na área; 3 - dos registros existentes na base de dados da Acervo, além do próprio Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do IPHAN; 4 - e dos achados ocasionais feitos na localidade. Desse modo, avaliam-se aqui as características ambientais do município de Porto Seguro, a presença dos horizontes culturais já identificadas, e, por conseguinte, realiza-se uma análise acerca do potencial arqueológico na área e 5 - a sistematização e aprofundamento das informações colocando em destaque determinados locais de memória de grande importância histórica, a fim de demonstrar a riqueza e a diversidade do patrimônio arqueológico da área de estudo.

3.1 ASPECTOS AMBIENTAIS

3.1.1 O clima

O município de Porto Seguro apresenta uma tipologia climática Köppen Af' do tipo tropical chuvoso sem estação seca, com uma média mensal de pluviosidade

acima dos 60 milímetros e anual inferior a 1500 milímetros. O trimestre mais chuvoso acontece entre outubro e dezembro na porção noroeste do sul da Bahia e de dezembro a fevereiro para toda a área restante (SOUZA et al, 2009).

A temperatura no mês mais frio está acima de 18 graus e no mês mais quente acima dos 22 graus. O relevo, relacionado à grande planície litorânea, não influencia no clima da região, pois as cotas topográficas são inferiores a 200 metros (CARVALHO, 2020).

3.1.2 A geologia

A região do Sul da Bahia encontra-se na região limítrofe entre as províncias estruturais São Francisco e Mantiqueira. Ocorrem granitóides e gnaisses migmatíticos paleoproterozóicos e granitos e rochas supracrustais neoproterozóicas, assim como os sedimentos terciários do grupo Barreiras e as formações superficiais quaternárias (MORAES FILHO, MELLO, SAADI, 1999).

Especificamente para os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, a geologia local é caracterizada por sedimentos que datam do quaternário, sobreposto ao embasamento de rochas graníticas datados do Arqueano e Proterozóico que afloram ocasionalmente (SOUZA, FONTES, MOREAU, 2011).

Os sedimentos do Grupo Barreiras correspondem a uma área de 4.500 quilômetros quadrados e são constituídos de areias e por argilas variadas, com eventuais linhas de pedra dispostas em camadas com espessura variável de conformidade com as ondulações do substrato rochoso, que condiciona a forma do modelado sedimentar (AMORIM, OLIVEIRA, 2007).

Os complexos Gnáissicos, granitoides, e complexos kinzigíticos, são rochas do embasamento cristalino, compostos por rochas graníticas, gnáissicas e bandadas por quartzos influenciados por processos metamórficos, sendo que estes tipos de rochas afloram principalmente a oeste da área de estudo (SOUZA, FONTES, MOREAU, 2011).

A estrutura sedimentar de vales fluviais apresenta sedimentos argilosos ricos em matéria orgânica que datam do Quaternário. Já nas áreas costeiras existem os sedimentos provenientes da dissecação do relevo recebendo a influência marinha

e/ou fluvial. São caracterizados litologicamente por sedimentos arenosos de diferentes estruturas, que variam a depender da posição na paisagem (contato com falésias, foz de rios, e proximidade com o mar), (SOUZA, FONTES, MOREAU, 2011).

3.1.3 A geomorfologia

Segundo Dantas, Shinzato e Medina (2002), a geomorfologia de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália apresentam 3 grandes unidades morfoestruturais: a superfície pré-litorânea, os tabuleiros costeiros e as planícies fluviomarinhas.

A superfície pré-litorânea estende-se numa vasta área do território do extremo sul da Bahia, entre os tabuleiros costeiros e a encosta do planalto Sul-Baiano. Nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, localiza-se na porção oeste e ao longo dos vales encaixados dos rios Buranhém e dos Frades, compreendendo um conjunto de formas de relevo esculpidas sobre o embasamento pré-cambriano.

Os pesquisadores identificaram seis unidades geomorfológicas subordinadas: A superfície colinosa caracteriza-se por colinas convexo-côncavas com vertentes suaves (10 graus a 20 graus) e topos arredondados, com amplitude de relevo entre 40 e 80 metros, entremeadas por pontões rochosos e morros um pouco mais elevados, com topos arredondados a aguçados. As colinas residuais isoladas consistem em colinas suaves em meio aos tabuleiros e representam os topos mais elevados da paleotopografia terciária, que não foi soterrada pelo espesso pacote sedimentar do grupo Barreiras.

Os montes residuais constituem relevos residuais proeminentes (monadnocks), que se destacam do relevo colinoso da superfície pré-litorânea e ocorrem, de forma restrita, no sudoeste do município de Porto Seguro, onde se destaca o Monte Pascoal. As escarpas degradadas caracterizam-se pelo recuo erosivo das escarpas estruturais produzidas por neotectônica ao longo do médio curso dos vales principais na região, apresentando, assim como os vales encaixados, vertentes íngremes e bastante dissecadas, com gradientes muito elevados (30 a 45 graus) e desnivelamentos significativos (60 a 100 metros).

A rede de canais dessas escarpas degradadas tem pequena extensão e elevado gradiente, sendo iniciados, frequentemente, em cabeceiras de drenagem sob a forma de anfiteatros profundos de formato conchoidal. Devido à morfologia dessas cabeceiras de drenagem, sua origem deve estar associada à exfiltração de água subterrânea pela rede de fraturamentos na base dos escarpamentos onde aflora substrato cristalino. À medida que progride o recuo erosivo das escarpas estruturais, observa-se capturas de drenagem e inversão de relevo.

As colinas tabulares representam uma zona de transição entre as formas de relevo esculpidas sobre terrenos sedimentares e cristalinos. Caracteriza-se por vales profundos e encaixados, escavados em rochas pré-cambrianas, de vertentes de 30 a 40 graus e desnivelamentos significativos de 60 a 100 metros. Consistem de colinas de vertentes retilíneas a côncavas e topos planos preservados com sedimentos do grupo Barreiras, formando espigões alongados e digitados, profundamente dissecados por uma densa rede de drenagem de padrão paralelo.

Já os Tabuleiros Costeiros refere-se a um conjunto de formas de relevo esculpidas sobre os sedimentos continentais de idade terciária do grupo Barreiras. Abrange uma grande extensão sobre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, perfazendo aproximadamente 80% desses municípios. Os tabuleiros foram subdivididos em unidades geomorfológicas segundo o grau de dissecação impresso pela rede de drenagem, levando-se em consideração a densidade de drenagem e o aprofundamento dos vales.

Os tabuleiros costeiros estendem-se numa vasta área da fachada litorânea do extremo sul da Bahia, entre o relevo colinoso da superfície pré-litorânea e o litoral, muitas vezes atingindo a linha de costa por meio de falésias ativas, que atingem até 40 metros de altura. Podemos identificar as seguintes unidades geomorfológicas subordinadas: Os tabuleiros muito dissecados consistem de colinas tabulares de topos planos a levemente arredondados, frequentemente sulcados por uma densa rede de pequenos canais, apresentando vales encaixados de pequeno aprofundamento (geralmente inferiores a 20 metros) e gradientes médios (15 a 25 graus).

Os tabuleiros dissecados e os pouco dissecados consistem em superfícies sulcadas por uma rede de canais de densidade média a baixa, aprofundamento

variado (15 a 60 metros) e gradientes médios a elevados (de 15 a 35 graus). Os topos planos dos tabuleiros apresentam fraca vulnerabilidade à erosão, onde predomina os processos de infiltração. Notam-se apenas sinas de erosão laminar por escoamento difuso.

Os vales encaixados, principalmente os de maior aprofundamento, consistem em área de forte a muito forte vulnerabilidade à erosão, onde ocorrem sulcos e ravinamentos resultantes do escoamento superficial concentrado. Os extensos topos planos favorecem o desenvolvimento das atividades agropecuárias em larga escala. Os vales mais profundos da bacia do rio Caraíva apresentam um processo de alargamento responsável pela transformação dos vales encaixados em “V” para vales em “U”, típicos dos terrenos do grupo Barreiras, como ocorre nos vales-tronco.

Esse processo decorre de movimentos de massa nas paredes escarpadas dos vales encaixados, promovendo o seu recuo e depositando no sopé sucessivas acumulações de rampas de colúvio, que, por sua vez, são parcialmente dissecadas pelos canais fluviais gerando os denominados “Complexos de Rampas”, no Sudeste Brasileiro, apresentando um padrão de encostas instáveis, com marcas de erosão e fundos de vales entulhados de sedimentos. As superfícies tabulares são extensas superfícies planas, não dissecadas pela rede de canais, com gradientes inexpressivos (menos de 3 graus) e utilizadas para atividades agrosilvipastoris, com destaque para a cultura de cana-de-açúcar e o plantio de eucaliptos. As falésias ou paleofalésias do grupo Barreiras compreendem as escarpas erosivas dos tabuleiros devido à abrasão marinha, possuindo uma grande beleza cênica. As falésias ativas, que sofrem ainda a ação erosiva das ondas, situam-se em trechos da linha de costa entre Arraial d’Ajuda e Trancoso e entre Itaquena e Caraíva.

Por fim, as Planícies Fluviomarinhas compreendem um conjunto de formas de relevo de agradação geradas, durante o Pleistoceno superior e o Holoceno, por uma interação de processos fluviais, lagunares e marinhos determinada pelos ciclos transgressivo – regressivos atuantes no litoral baiano. Localiza-se de forma restrita junto à linha de costa e adquire expressão ao longo dos baixos cursos dos principais rios da região. As planícies fluviais situam-se nos fundos de vales dos principais rios da área de estudo, acima do limite máximo atingido pela penúltima transgressão, sendo descartada qualquer influência de sedimentação de origem marinha ou

lagunar. Consistem de depósitos arenosos ou argiloarenosos, embutidos em vales encaixados em “U”, episodicamente inundáveis.

As planícies flúvio-lagunares situam-se nos fundos de vales dos principais rios da área de estudo, abaixo do limite máximo atingido pela penúltima transgressão. Foram geradas a partir do último máximo transgressivo, com a formação de antigos corpos lagunares, isolados do oceano pela formação de ilhas-barreiras, que preencheram as reentrâncias da linha de costa e que foram colmatadas pela sedimentação fluvial com o movimento regressivo subsequente. Resultam, portanto, da interface de processos de sedimentação de ambientes lagunares e fluviais e consistem em depósitos argilosos ou argiloarenosos, enriquecidos de matéria orgânica, estando embutidos nos baixos cursos dos vales encaixados em “U”, frequentemente inundáveis.

As planícies intertidais (mangues) situam-se nas desembocaduras protegidas dos principais rios, na zona de influência de marés, sofrendo influência de variações do nível do mar ou da descarga de sedimentos dos sistemas fluviais, acarretando um avanço ou recuo do ambiente, em relação à linha de costa. Consistem de depósitos argilosos orgânicos, localizados nas desembocaduras dos principais rios. As planícies marinhas consistem de cordões arenosos de idade holocênica e foram gerados a partir do último máximo transgressivo com a consolidação de ilhas- barreiras paralelas ao litoral.

Durante o posterior período de regressão marinha, ocorreu uma progradação da linha de costa com uma sucessiva incorporação de cordões arenosos à ilha-barreira inicial, frequentemente associada à colmatagem de incipientes lagunas gerados à sua retaguarda. Tratam-se de depósitos arenosos quartzosos, bem selecionados, situados ao longo das planícies costeiras e com maior desenvolvimento junto às desembocaduras dos principais rios da região, devido ao “efeito de molhe”

produzido pela descarga fluvial ou devido ao aprisionamento das areias marinhas em circulação pela corrente de deriva por recifes de arenitos de praia.

3.1.4 A pedologia

Os solos da região bastante intemperizados, em maioria proveniente de sedimentos já pedogeneizados do grupo geológico Barreiras. Predomina nessas áreas solos oxídicos, de caráter argilo-arenoso. Segundo Souza, Fontes e Moreau (2011), pode-se afirmar que a área apresenta as seguintes classes de solos:

Latossolos: estes solos compreendem a maior parte da área dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Os Latossolos Amarelos são solos minerais não hidromórficos com horizonte B latossólico, são derivados de sedimentos arenoargilosos ou argilo-arenosos dos tabuleiros costeiros.

Os Latossolos Amarelos ocorrem nas áreas mais planas; são profundos, permeabilidade é restrita e a infiltração lenta, apresentando uma tendência a erodibilidade superficial, principalmente quando não apresenta vegetação e quando é utilizada para pastagens. Vale salientar que os Latossolos apresentam limitação ao uso, já que se configuram na região como distrófico, em que apresenta índices iguais ou inferiores a 0,5 Cmolc/ Kg de solos. Porém condições de relevo plano e suave ondulado favorecem a utilização agrícola, desde que sejam manejados adequadamente Haynes (1970). Argissolos: Consiste em outra classe de solos, Argissolos: Consiste em outra classe de solos, Argissolos Amarelos e Argissolos VermelhoAmarelo.

Os Argissolos são solos minerais não hidromórficos com horizonte diagnóstico B textural (Bt); sendo que a diferença de croma está associada ao material de origem. As condições físicas dos Argissolos não oferecem maiores limitações exceto quando apresentam horizonte subsuperficial coeso. A granulometria oferece boa drenagem associado à posição no relevo de áreas pouco movimentadas, favorecendo o uso da mecanização propiciando assim atividades com agrossilvicultura. Uma das restrições refere-se à fertilidade, já que apresenta baixos teores de bases trocáveis, associado à coesão de alguns horizontes, porém essas características podem ser revertidas com aplicação de doses relativamente baixa de calcários e fertilizantes e, para coesão do solo técnicas de subsolagem.

Neossolos Quartzarênicos e Flúvicos e Espodossolos Hidromórficos: Influenciado pelo depósito de sedimentos fluvial e marinho e/ou fluviomarinho, e

própria dissecação do relevo litorâneo, os neossolos quartzarênicos e Espodossolos Hidromórficos, são solos destituídos de minerais primários e são pouco intemperizáveis.

Os Neossolos Quartzarênicos compreendem-se como solos minerais casualmente orgânicos, na superfície, essencialmente quartzosos apresentando perfis de extrema simplicidade. Devido à constituição essencialmente quartzosa esses solos são pobres em nutrientes para plantas, além de não dispor de reservas nutricionais que possam ser liberadas gradativamente.

Os Espodossolos fisicamente se assemelham a classe de neossolos, exceto pela presença do horizonte Bh espódico, sendo que essa característica está associada principalmente a sua localização na paisagem, próximo à foz de rios, o que contribui para sua propriedade hidromórfica. Estão presentes também nas áreas de baixada do interior dos municípios devido à dissecação, dos depósitos de sedimentos do próprio Grupo Barreiras (Moreau et al., 2006).

Ocorrem também áreas com Gleissolos principalmente nas várzeas dos rios, devido à presença de lençol freático suspenso.

3.1.5 A vegetação

Segundo Souza, Fontes e Moreau (2011), nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália a vegetação é representada pela mata atlântica floresta tropical úmida rica em espécies e com alto grau de endemismo. Para esses municípios a vegetação encontra-se altamente ameaçada, motivado pela exploração madeireira e mais recente à implantação de culturas como cacau, mamão, silvicultura, e também pelo secular uso da pecuária extensiva. Portanto, para a caracterização geral da cobertura florística, as informações foram extraídas dos pesquisadores anteriormente mencionados.

O início da destruição da mata atlântica remonta ao descobrimento do Brasil pelos portugueses, primeiramente com extração predatória do pau Brasil, posteriormente com implantação da monocultura da cana de açúcar e paralelamente

introduzindo a pecuária, práticas que se caracterizavam pelo uso indiscriminado do solo e em grande escala.

Atualmente existem apenas fragmentos de matas em estágio inicial a médio em regeneração, mas que ainda apresenta composição florística heterogênea, com espécies pioneiras abundantes de porte variado e que se distribuem de forma espaçada pela área de estudo.

Os manguezais estão situados em áreas de influência direta das marés, sendo que existe degradação dos mangues em quase toda a região. Os manguezais vêm sofrendo contínua agressão das ações antrópicas, com instalação de palafitas, drenagens e aterros, para posterior ocupação por bares e restaurantes, bem como a construção de estradas e implantação de empreendimentos mobiliários, atualmente os manguezais ocupam uma área de 923,44 Km² dos municípios.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Para fins de sistematização das informações referentes à essa nova etapa da caracterização arqueológica da área de estudo, o item foi organizado a partir dos grupos culturais associados com horizontes cronológicos, já identificados sistematizado na etapa anterior.

Desse modo, iniciam-se com a Arqueologia Pré-Histórica com os grupos de caçadores-coletores, sambaquis (separados dos primeiros em razão da peculiaridade dos seus sítios arqueológicos), os horticultores-ceramistas, subdivididos em tradição Aratu-Sapucai e tradição Tupiguarani e por fim, a Arqueologia Histórica, subdividida pelos principais sítios arqueológicos já identificados e os locais de memória de maior relevância da história da localidade, por possuírem grande potencial para futuros pesquisas.

3.2.1 Caçadores-coletores

O horizonte caçador-coletor está bem documentado, por meio de datações que recuam até 12.000 anos antes do presente, a partir dos contextos limítrofes com os Estados de Goiás, pela Serra Geral, de Minas Gerais com a região do Peruaçu pelo vale do rio São Francisco e do Piauí com a região de São Raimundo Nonato. Os caçadores-coletores eram sociedades de fraca demografia, dispersas e nômades, com tendência a explorar grandes territórios em busca de recursos sazonais para sua subsistência e possivelmente, o litoral do sul da Bahia tenha também sido ocupado por esses grupos.

Como em grande parte do território brasileiro, também no litoral baiano os vestígios desses primeiros grupos de caçadores-coletores são bastante raros, indicados por uma pequena coleção de instrumentos em pedra lascada nas formas unifacial ou bifacial e subprodutos de sua fabricação, como núcleos e lascas. Os artefatos são simples, mostrando retiradas de pequenas arestas ou preparo dos gumes. As peças mais comuns são pontas de projétil, furadores, buris, choppers, rapadores convexos e côncavos e raspadeiras.

As pesquisas realizadas pela Acervo, localizaram alguns sítios pré-históricos na área de estudo e que podem estar relacionados a esses grupos. Contudo, ainda não é possível detalhar sobre sua cultura material, sua cronologia e movimentos migratórios, mas é possível que tenham vindo do interior da Bahia, a julgar por algumas datações e contextos bem antigos gerados por outros pesquisadores.

Na bibliografia, há exemplos das investigações de Schmitz e de Barbosa em Mato Grosso, perto da divisa com Minas Gerais. Nesta localidade foram encontradas enormes oficinas de extração de matéria-prima. Grandes blocos de arenito silicificado branco foram retirados dos afloramentos para serem usados como núcleos. Estes núcleos, originalmente com diâmetro aproximativo de quarenta centímetros, foram debitados para se obter grandes lascas compridas de até vinte centímetros, sendo abandonados quando reduzidos à dimensão de 20 x 5 centímetros. As grandes lascas eram utilizadas para fabricar instrumentos plano-convexos, como as “lesmas” e, portanto, atribuiu-se tais achados ao contexto cronológico da Tradição Itaparica, o qual está situado entre 11.000 e 8.500 anos atrás (PROUS, 1992).

Em relação às datações absolutas, há o exemplo das pelas pesquisas coordenadas por Maria Beltrão durante os anos oitenta do século passado. No sítio arqueológico Toca da Boa Esperança, na região de Central, foi encontrado um nível arqueológico com diversos artefatos líticos, o qual foi datado em até 6.500 anos antes do presente (PROUS, 1992).

Esse horizonte cultural que está presente na área de estudo possui grande relevância científica, posto que o período que compreende esses caçadores-coletores no Holoceno Médio, entre 6.000 a 2.000 anos é pouco conhecido não apenas na Bahia, mas em quase todo o Brasil (PROUS, 1992).

Sendo assim, não há dados concretos que apresentem com maior precisão quando os primeiros caçadores-coletores chegaram em Porto Seguro, possivelmente vindos do interior do continente, mas como há evidências deles anterior há pelo menos 6.500 anos atrás em outras regiões do Estado da Bahia, é possível que esse horizonte identificado pela Acervo seja muito antigo.

É possível que esses grupos morassem a céu aberto, já que não há muitas cavidades da região que pudessem servir como pontos de apoio. A partir de modelos explicativos etnográficos, é possível pensar que suas moradias fossem a céu aberto em toscas cabanas construídas com galhos e folhas e, portanto, seus restos dificilmente são encontrados em razão da erosão provocada pelas chuvas e pelo intemperismo do clima tropical.

Diante dessa escassez de informações, vale destacar os registros de Valentim Calderón de pontas de flechas triangulares bifaciais sem pendúnculo sem aletas e muito patinadas, o que fez o pesquisador julgar que são muito antigas, porém todas forma foram achados fortuitos, não sendo provenientes de escavações arqueológicas. De toda forma, esses registros são relevantes, pois segundo Prous (1992), as pontas de projétil são particularmente raras no Nordeste.

Esse período que abrange os antigos caçadores-coletores ainda é desconhecido e torna-se difícil atribuir os achados de Porto Seguro à um intervalo temporal ou à uma tradição. Nos estudos do Brasil Central não existem “fósseis-guia” válidos para o território nacional como um todo e as técnicas de polimento e de confecção de pontas de projétil bifaciais tiveram uma difusão irregular pelo território nacional, pois

havia grupos em uma mesma região que utilizavam ou dispensaram tais objetos pedra, o que torna difícil uma identificação exata dos achados em Porto Seguro.

Esse achado local está localizado no sítio Engenho do Itacimirim, trata-se de um sítio arqueológico multicomponencial, por apresentar vestígios do período histórico e onde também foram observados em camadas mais profundas a ocorrência de lascas, porém sem a evidência de nenhuma peça inteira como uma ponta, um raspador ou um núcleo que pudesse indicar uma possível filiação cultural. O sítio identificado demonstra uma possível situação de que se trata de um sítio de caçador-coletor a céu aberto.

De toda forma houve a tentativa de identificar esse horizonte por meio das “lesmas”, que pudessem indicar caçadores-coletores muito antigos. Schmitz propôs denominar uma “Tradição Itaparica” às indústrias líticas de peças plano-convexas que ocorrem no Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, a partir das pesquisas de Valentim Calderón (MACEDO NETO, 1996).

Segundo Rodet, Talim e Bassi (2011), o pesquisador V. Calderón de La Vara retoma os trabalhos no sítio Caverna do Padre ou Gruta do Padre (CALDERÓN DE LA VARA, 1966, 1969), no final da década de 1960, em suas pesquisas dentro do PRONAPA. Esse sítio foi escavado na década de 1930 pelo etnógrafo C. Estevão (MARTIM; ROCHA, 1990). O sítio encontra-se no estado de Pernambuco, próximo à divisa com o estado da Bahia, na micro região denominada Itaparica, sendo composto por quatro níveis estratigráficos, interpretados como Fases de duas Tradições líticas distintas (CALDERÓN DE LA VARA, 1983).

A mais antiga delas, relativas aos estratos IV, III e II do sítio, com datação entre 5.630 a.C. (em idade BP, 7.560) e 1.000 d.C. (em idade BP 2.300), denominada inicialmente de Tradição de Lascas e Seixos, caracteriza-se pela abundância de instrumentos elaborados sobre lascas debitadas, em sua maior parte, tendo como suporte os seixos.

Os vestígios foram vistos como uma indústria composta, principalmente, de raspadores de secção plano-convexa, semicirculares, trapezoidais, lascas utilizadas sem retoque ou sumariamente retocadas, raedeiras (lesma, limace), pontas-faca e buris. O Pesquisador ressalta que os raspadores, as pontas-faca plano convexas e os

buris “são os artefatos que mais contribuem para a caracterização desta indústria” (CALDERÓN, 1983, p. 48).

Ao lado dessa indústria formada por “artefatos cuidadosamente elaborados”, observa-se a presença de “grosseiros choppers, apenas delineados sobre seixos rolados” (CALDERÓN, 1983, p. 48). Esses objetos compõem a outra Tradição observada no sítio, a qual corresponde ao estrato mais recente (I), sendo denominada de Tradição de Seixos. A mesma é formada, ainda, por lascas e raspadores de vários tipos. Na publicação de 1983, o autor deixa clara a relação entre as Tradições: a “tradição de lascas e seixos, [...] recebeu o nome de Itaparica” (CALDERÓN, 1983, p. 48).

Portanto, para esse trabalho adotaremos a hipótese de que essas lascas encontradas nas camadas mais profundas do sítio arqueológico Engenho do Itacimirim podem evidenciar a antiga Tradição Itaparica de Calderón e de Schmitz.

Dessa forma, diante da falta de informações sobre esse horizonte cultural como colocado por Prous em 1992 e que, até o presente tal quadro de imprecisões e de incertezas não teve grandes alterações, o trabalho da carta arqueológica de Porto Seguro abre para a possibilidade da realização de datação dessa camada por meio dos carvões que foram coletados pela equipe da Acervo.

Assim, a partir dessa caracterização mais aprofundada, sugere-se a possibilidade de datação de amostras de origem orgânica para situar esses achados do ponto de vista cronológico. O resultado poderá indicar o grau de antiguidade e isso poderá repercutir quando da elaboração do zoneamento da carta arqueológica.

3.2.2 Os sambaquis

Por volta de 7.000 anos atrás, o oceano se aproximou do seu nível atual e começou a delinear as praias atuais. Dessa forma, os sítios deixados pelos grupos que exploraram a faixa costeira antes dessa data estão, provavelmente, submersos e ainda estão desconhecidos pela arqueologia brasileira. Os sítios mais visíveis na paisagem litorânea são conhecidos como sambaquis, que ocorrem com maior incidência desde o Estado do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul (PROUS, 2007).

Os sítios mais antigos que se conhece são construções edificadas com valvas de moluscos, estão entre 8.000 e 5.000 anos atrás e permanecem até o início da Era Cristã. Seus construtores eram caçadores, coletores e pescadores que também eram mariscadores. Instalavam-se geralmente em baías e nos limites entre vários ambientes complementares como enseadas, mangues, restingas e mar aberto (PROUS, 2007).

Com efeito, as valvas das ostras, de berbigões e de mexilhões empilhadas em forma de camadas, formam uma base sobre a qual estabeleceram-se diversas atividades e se expandia horizontalmente na medida em que a altura dos detritos aumentava na periferia. Não se sabe ao certo a real função dos sambaquis, acredita-se que poderiam ter sido plataformas de moradias ou mesmo grandes cemitérios. Essas colinas artificiais apresentavam alturas variáveis, desde 2 a 3 metros até mais de 30 metros, como ocorre no sul do Brasil. Em muitos sambaquis ocorrem diversas fogueiras e inúmeros sepultamentos (PROUS, 1992).

Os estudos dos ossos mostram que os “sambaquianos” foram muito mais robustos que os caçadores-coletores do Brasil Central, no entanto, eles foram um conjunto menos homogêneo morfológicamente. Os dados indicam que as mulheres eram mais parecidas entre si do que os homens, podendo significar que essas populações praticavam o casamento exogâmico e a residência uxorilocal. Isso aponta que os membros de um grupo deviam obrigatoriamente desposar pessoas de outro grupo e que os homens habitariam a aldeia dos seus sogros. Os homens dos sambaquis tinham poucas cáries em seus dentes, porém apresentavam abrasões mecânicas, provavelmente, devido à mastigação de areias que estavam impregnadas nos alimentos (PROUS, 1992).

Os moluscos desempenharam um papel fundamental para esses caçadores-coletores, na medida em que, junto ao mar, era a proximidade dos pontos onde eles poderiam ser coletados e que determinava a localização dos seus assentamentos, o que faziam com esses grupos também tivessem o perfil de mariscadores. Contudo, os peixes foram sua base alimentar, composta, sobretudo, por peixes cartilaginosos, incluindo raias e tubarões. Além disso, consta-se uma ampla variedade de crustáceos como siris, caranguejos, cracas, provavelmente camarões e de modo eventual, equinodermos, como ouriços (LIMA, 2004).

Segundo Lima (2004), a fauna terrestre também era consumida, porém em caráter complementar e secundário, ao que parece visando quebrar a monotonia do regime alimentar centrado no mar. Em incursões eventuais à Mata Atlântica eles caçavam esporadicamente mamíferos, de pequeno, médio ou mesmo de grande porte, como a anta. Contudo, as espécies terrestres que ocorrem nos sambaquis, sempre em pequeno número, são muito diversificadas, o que denota uma baixa seletividade em relação a esses animais. A forma como eles aparecem nos sítios sugere mais um desejo ocasional de ampliação do espectro faunístico explorado, que propriamente uma dependência maior de recursos terrestres.

Os vegetais, sobretudo raízes e tubérculos, foram com certeza um importante componente da sua alimentação, mas os problemas de preservação de materiais orgânicos nos sedimentos arqueológicos em climas tropicais, não permitem detalhar sua natureza. A presença constante de artefatos destinados a moer ou triturar, como pilões, almofarizes ou mós é um forte indício de processamento de vegetais. Mas apenas coquinhos são encontrados com frequência e em grande abundância. Por outro lado, análises de carvões resultantes do uso controlado do fogo vêm expandindo as possibilidades de se conhecer melhor a interação desses grupos com os vegetais. É bastante provável, embora não se disponha de evidências diretas que coletassem produtos como mel e palmito, além de larvas e insetos comestíveis (LIMA, 2004).

A indústria lítica lascada é pobre e tosca, em razão da má qualidade das matérias-primas (quartzo de filão e diabásio, em geral) que forneceram lascas brutas e choppers. Ao contrário, a indústria picoteada e polida é abundante, onde um único sítio pode fornecer vários milhares de machados, pedras com covinhas, pesos de redes, formas que parecem com tigelas e pratos, feitos em basalto e em xisto, anéis e esculturas de animais em diabásio (PROUS, 1992).

Essas esculturas são mais típicas no litoral do sul do Brasil e são chamadas de zoólitos, dos quais algumas foram exportadas para o Uruguai. Alguns tipos são muito geométricos, em forma de cruz, sendo apenas a cabeça zoomorfa, uma cavidade se abre na face ventral. Já as representações mais naturalistas só ocorrem em locais muito específicos, como peixes chatos com nadadeiras ornadas de incisões rítmicas e com cavidades laterais ou de animais esculpidos sobre um pedestal. Pode-se

reconhecer até a espécie ou mesmo o sexo destas figuras naturalistas. Essas peças, provavelmente feitas para fins ritualísticos, sugerem certa unidade ideológica regional entre os sambaquianos do sul do Brasil (PROUS, 1992).

A indústria óssea, bem representada ao norte, vai empobrecendo em direção ao sul do Brasil. Foram encontradas pontas de projétil, agulhas curvas ou com furos, anzóis, propulsores, navettes e mesmo facas, ou ainda, vasos escavados ao fogo usando vértebras de cetáceos. As conchas forneceram facas, raspadores, plainas e ornamentos, os quais foram encontrados centenas nas sepulturas (PROUS, 1992).

Portanto, toda a cultura material recuperada dos sambaquis foi produzida, com raras exceções, com matérias-primas facilmente encontráveis e abundantes na orla marítima, como rochas básicas, quartzo, conchas, ossos e dentes de animais locais, além do material vegetal, que por serem perecíveis, só se preservaram em condições de exceção.



Figura 11: Sambaqui Buranhém 4, observar a formação colinosa com os pesquisadores em seu topo. Fonte: Acervo (2006).

No contexto da área de estudo, os sambaquis encontrados no sul da Bahia encontram-se bastante deteriorados e possuem menores dimensões se comparados com os sambaquis do sul do Brasil. Esses montes formam no máximo 3 metros de altura. Trata-se de um contexto arqueológico que ainda não foi explorado, configurando como uma grande lacuna de conhecimento, figura 11. À exceção das

importantes datações promovidas por Morales (2009), a partir de 4.040 anos atrás e a descrição de que nem todas as conchas acumuladas eram restos alimentares, em razão da identificação de espécies malacológicas que não foram abertas, ou que não tiveram sua parte comestível consumida (CARDOSO, 2014). A condição descrita dessas conchas pode indicar que as mesmas foram utilizadas como material construtivo para edificar as colinas (GASPAR, 2000; LIMA, 2000).

Nesta caracterização mais verticalizada, tentamos verificar como os sambaquis de Porto Seguro estão situados dentro do contexto da Geomorfologia como foi apresentada no item 2.2.3 deste relatório para compreender com mais profundidade a relação entre esses sítios e a variação do nível do mar local para que se forneçam subsídios para o zoneamento da carta arqueológica.

Dentre os sambaquis que apresentam datações antigas na Bahia estão os Ilha das Ostras, há 4.680 ± 60 A.P. e 3.235 ± 40 A.P. seguido por Mareão 3.290 ± 50 A.P. e 3.470 ± 60 AP. (SANTANA, 2019). Nos anos 1960 Valentin Calderón (1964, 1968 / 1969, 1974) registrou alguns sambaquis no Recôncavo e chegou a escrever algumas considerações sobre o sambaqui da Pedra Oca, em 1964 e apresentou as datações de 2.245, 2.709 e 2.915 anos BP.

Quanto ao sambaqui de Buranhém, um dos sítios encontrados na área de estudo da carta arqueológica, possui uma datação de aproximadamente 4.000 anos, o que coloca a pré-história de Porto Seguro em uma situação de grande relevância científica para a Bahia e para o Brasil.

Seguindo a classificação geral do litoral brasileiro de autores clássicos como Silveira (1964), Villwock (1994) e Ab'Sáber (2001), a quem se deve o "substrato" do esquema descritivo adotado aqui, a costa foi compartimentada em cinco unidades: Norte, Nordeste, Leste, Sudeste e Sul. O segmento litorâneo onde está o sítio Buranhém está no chamado Setor Leste (ou Oriental) da classificação geomorfológica do litoral brasileiro, como demonstra a figura 12:

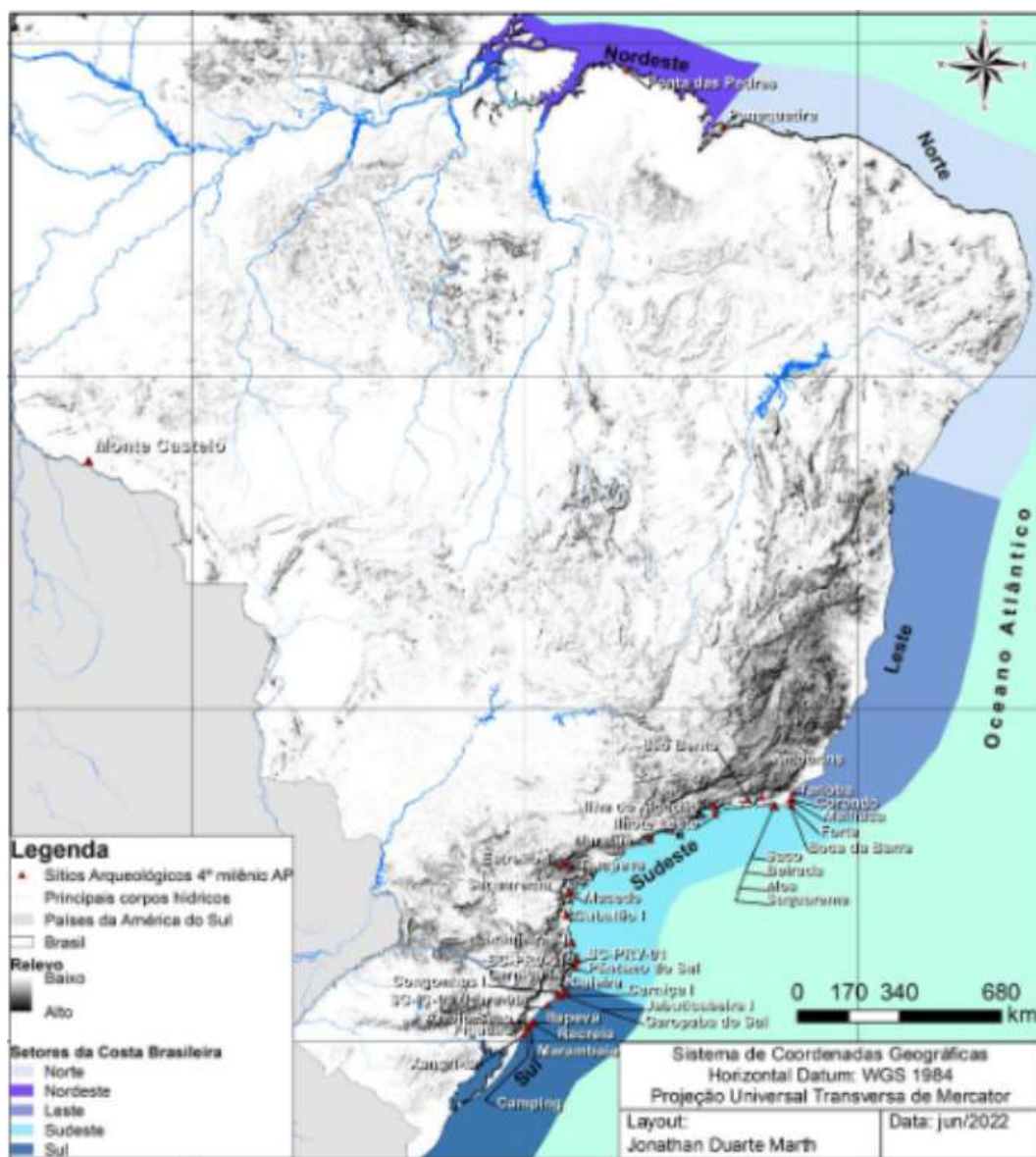


Figura 12: Divisões da compartimentação do litoral brasileiro e com destaque apenas para os sambaquis do quarto milênio na região Sudeste e Sul. Fonte: Wagner (2022)

O setor Leste, ou Oriental, compreende a faixa litorânea situada entre a Baía de Todos os Santos e o Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Apresenta cotas altas, falésias no Grupo Barreiras e costões rochosos erodidos sobre o embasamento cristalino. Estes ocorrem a partir da Baía de Vitória, no Estado do Espírito Santo, alternando-se com costas baixas, constituídas por planícies muito bem desenvolvidas

em torno da desembocadura dos principais rios como Jequitinhonha, Doce e Paraíba do Sul (WAGNER, 2022).

Nestas planícies costeiras observam-se sistemas múltiplos laguna-barreira e manguezais que ocupam as margens das áreas estuarinas e lagunares. Terraços com sobreposição de cordões litorâneos, pleistocênicos e holocênicos, são parcialmente retrabalhados pelo agente eólico dando origem a campos de dunas transgressivas (WAGNER, 2022).

A interpretação recorrente, e considerada insustentável por autores da área de Geoarqueologia como Wagner (2022) é a de que entre 18.000-17.000 anos atrás, o máximo glacial forçou a regressão das águas oceânicas que, na costa atlântica, atingiu um nível entre 120m à 130m abaixo do atual, expondo praticamente toda a Plataforma Continental brasileira. Com a entrada do Holoceno coincidiriam elevações nas temperaturas e pluviosidade, as quais culminaram no ótimo climático com a elevação do nível do mar responsável pela transgressão das águas sobre as terras hoje emersas, atingindo uma cota de 5m acima da atual. Neste processo, pensado como válido para toda a costa brasileira (e este é o aspecto insustentável), os sítios iniciais de povoamento da planície costeira teriam sido destruídos pelo avanço das águas.

Suguio et al., (1985) destacaram que curvas de variações globais, como pensou Fairbridge (1961) são ineficientes e que pesquisas de caráter regional são necessárias para a avaliação do comportamento dos níveis marinhos, sobretudo no que tange às variações de pequena escala. As pesquisas mais recentes de Angulo; Lessa (1997) e Angulo; Lessa; Souza (2006) sugerem uma curva de variação holocênica com grande alcance (validada para a área compreendida entre Santa Catarina e Rio Grande do Norte), mas costumeiramente extrapolada para todo o leste da América do Sul. Nesta vaga, as pesquisas arqueológicas retomaram as perspectivas generalistas e, por consequência, têm analisado o papel da costa atlântica no povoamento holocênico do continente de forma superficial.

Dominguez (2009) destaca que até o presente momento não há registros para níveis marinhos superiores aos atuais para a região Amazônica (setor Norte) e, mesmo modelos matemáticos de interação entre os ambientes terra-gelo-oceano

(Earth-Ice-Ocean), admitem apenas elevações muito suaves para os níveis oceânicos.

No setor Leste situa-se a curva melhor conhecida e mais documentada entre as curvas de oscilações holocênicas: a curva de Salvador. Em 123.000 anos A.P. os níveis marinhos alcançaram $+5-8 \pm 2\text{m}$, instalando complexos costeiros correlacionáveis ao sistema Laguna-Barreira III. A partir de então as águas recuaram até $-100-120\text{m}$, atingidos em 19.000 A.P. Desde aquela data inicia o processo transgressivo que culmina em 5.600 anos A.P., quando atingidos $+4-5\text{m}$ (SUGUIO et al., 1985; SOUZA et al., 2005; DOMINGUEZ et al., 2009).

No entanto, a transgressão holocênica se deu em ritmos diferenciados tanto ao longo do tempo, quanto ao longo da costa. A sequência de crescimento vertical dos corais na Coroa Vermelha, Abrolhos, sugere que o início da colonização da barreira se deu a partir de 7.200 cal. A.P. depois da significativa diminuição das taxas de elevação dos níveis marinhos holocênicos. A partir daquela data os corais cresceram verticalmente a uma taxa de 1.5mm/ano . No máximo transgressivo da curva de Salvador a Coroa Vermelha evoluiu rapidamente a uma taxa de 5.5mm/ano . Ao que tudo indica, entre 4.527 e 4287 cal. A.P. a barreira construiu um terraço equivalente ao atual. O fato indica que, naquele intervalo, o mar atingiu o nível atual, já em processo regressivo. Desde então a barreira cresce lateralmente (Dominguez et al., 2009).

Portanto, a premissa de que o máximo transgressivo representou profundas modificações ambientais, dando origem a paisagens completamente diferentes das atuais constitui um segundo aspecto que necessita de avaliações mais detalhadas a partir de perspectivas regionais. E o sítio arqueológico de Buranhém pode contribuir para essa discussão.

Os dois primeiros sambaquis identificados no vale do Rio Buranhém encontram-se bastante deteriorados e se comparados com os da região Sul do país, possuem pequenas proporções, formando montes de conchas e de moluscos de no máximo 3 metros de altura, conforme mapeamento inicial da região (ETCHEVARNE, 1999).

Além desses dois sítios, durante os trabalhos de levantamento arqueológico nas pesquisas realizadas por Robrahn-González, Morales e Nascimento (2005), por

conta da implantação da Linha de Distribuição 138kV Centro de Convenções Terravista foram identificados dois outros sambaquis no rio João de Tiba e um rio Buranhém, sendo que este último acabou sendo pesquisado e datado em 900 AC.

Posteriormente aos trabalhos mencionados, atividades de pesquisa conduzidos pela Universidade Estadual de Santa Cruz permitiram na identificação e datação de outros cinco sambaquis, e na datação dos demais sambaquis conhecidos sobre os quais não havia informação temporal, com a indicação de ocupações entre 900 e 2.680 AC.

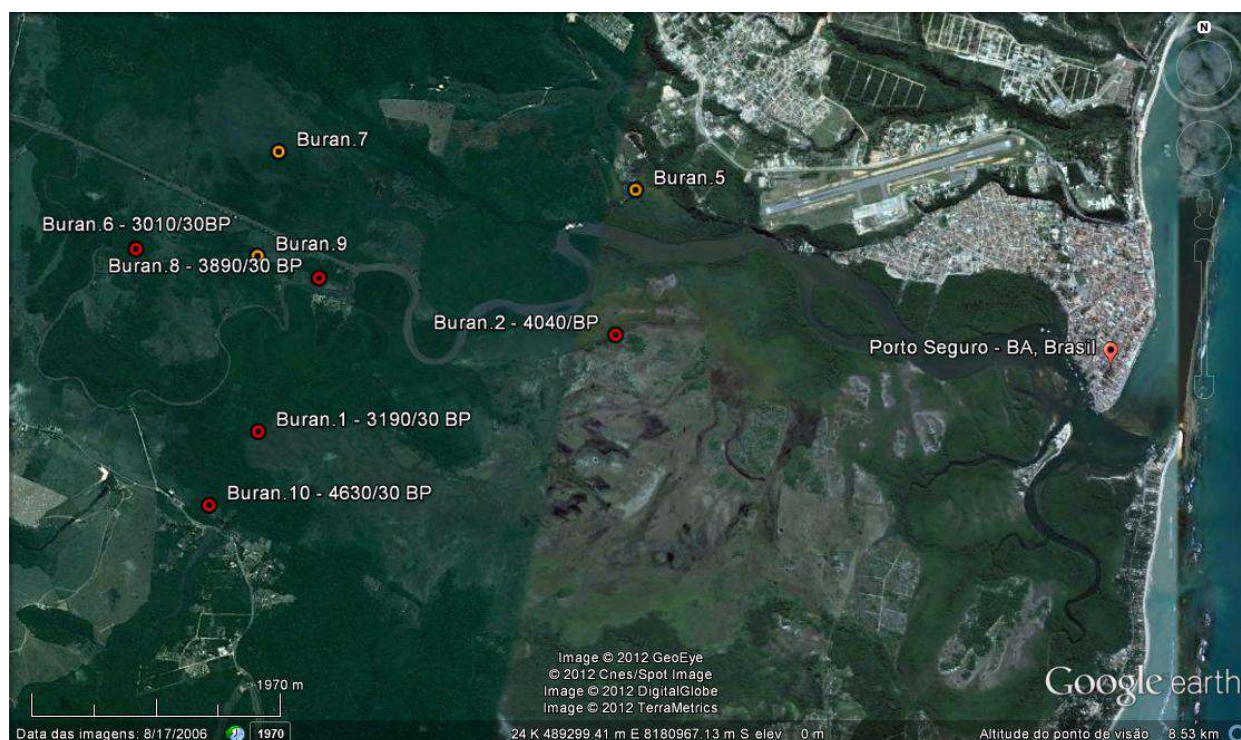


Figura 13: Localização e datações de sítios arqueológicos de sambaquis localizados no vale do Rio Buranhém. Os números são referentes à idade dos achados obtidos por datações radiocarbônicas. O número após a barra representa a margem de erro. BP significa Before Present (Antes do Presente), e para as datações é considerado o ano 1950. Fonte: Morales e Cardoso (2016).

Assim, duas questões se colocam diante dessa nova caracterização em relação à confecção da carta arqueológica:

- 1) Se a região Sul-Sudeste foi a área nuclear desse tipo de sítio, tendo Santa Catarina como o Estado que apresenta os sambaquis monumentais e o Paraná

e o Rio Grande do Sul foram influenciados por eles. A bibliografia aponta que essa mesma influencia diminuiu em direção aos Estados do Sudeste, sendo áreas periféricas, qual seria então o posicionamento de sambaquis que ocorrem no litoral da Bahia, a exemplo daqueles localizados na bacia do rio Buranhém em Porto Seguro? Tal condição excepcional demonstra que é um sítio ímpar e que necessita de maiores investigações em relação ao contexto mais amplo da ocupação do litoral brasileiro e que repercutirá diretamente no zoneamento da carta arqueológica.

- 2) Tendo em vista que em diversos locais da costa brasileira o evento transgressivo holocênico foi menos impactante do que se supunha e se adotarmos a hipótese dos autores citados de que as variações do nível do mar não tiveram tamanha amplitude como as interpretações antigas presentes na bibliografia arqueológica e geomorfológica, tal posicionamento repercutirá diretamente no zoneamento da carta arqueológica de Porto Seguro, posto que a dinâmica de variação da linha não poderia ter enterrado possíveis sambaquis na área de estudo.

3.2.3 Os ceramistas Aratu-Sapucai

As evidências arqueológicas dos ceramistas Aratu-Sapucai estão distribuídas em longo intervalo de tempo, desde o século IX da Era Cristã até possivelmente em tempos históricos, no século XVII, não estando, todavia, muito claro se essas datas tardias corresponderiam a ocupações históricas superpostas a antigos sítios Aratu-Sapucai ou a ceramistas Aratu-Sapucai tardios que teriam convivido de fato com os colonizadores. Eles podem ser ainda potencialmente mais antigos, em vista da existência de algumas poucas datações que os recuam ao século IV da Era Cristã, mas que ainda necessitam de conformação (MARTIN, 2005; SOARES, 2013)

Os vestígios desse grupo de ceramistas aparecem em um extenso território, compreendendo partes dos atuais Estados de São, Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Piauí, Pernambuco e tendo como sua ocorrência mais setentrional, o Ceará. A sua cultura

material assumia feições locais nessas diferentes regiões (MARTIN, 2005; SOARES, 2013).

Os sítios correspondem às grandes aldeias, que podem chegar a até 100.000 metros quadrados. Nestes locais são encontradas habitualmente manchas de solos com concentrações de fragmentos cerâmicos que correspondem aos pisos de suas habitações, tendo em média 10 metros por quinze metros de diâmetro. Essas casas aparecem dispostas em forma de anel, distribuídas a intervalos relativamente regulares e delimitando um círculo interno, interpretado como a praça central da aldeia. Eventualmente, elas aparecem dispostas em dois anéis concêntricos, como no Estado de Goiás. A morfologia dos sítios Aratu-Sapucaí é anelar, tendendo a elipóide. Os solos de ocupação são espessos, podendo alcançar até um metro de profundidade, atestando longa permanência no local e sugerindo tratar-se de grupos numericamente densos e estáveis (PROUS, 1992; SOARES, 2013).

A implantação desses sítios foi diversificada e eles se estabelecem tanto em ares de relevo ondulado, quanto em topos de colinas, na parte superior de vertentes, em planícies e até mesmo nas bordas de manguezais, porém sempre próximos a cursos d'água e de forma muito rara, frequentavam áreas de abrigos rochosos (RODRIGUES, 2011).

No Estado da Bahia, seus sítios estão situado principalmente na região do Recôncavo Baiano, na sequência estão as regiões do Litoral Norte, Litoral Sul, o Oeste da Bahia e a região da Serra de Monte Alto. Nas outras regiões, sua ocorrência é bastante escassa e na região norte, praticamente não há dados sobre eles, talvez em razão das poucas pesquisas arqueológicas sobre esses ceramistas naquela região (FERNANDES, 2017).

Esses grupos eram tradicionais cultivadores de uma espécie selvagem de milho, domesticado nas terras altas da América Central e difundido para várias partes do continente. Transformado em farinha, o milho poderia ser estocado e consumido nas diferentes épocas do ano.

Evidências indiretas permitem inferir ainda o cultivo de outros produtos: a presença de rodela de fuso no sítio indicaria o conhecimento e cultivo do algodão, com o qual poderiam tecer redes ou tecidos grossos; da mesma forma, a presença de cachimbos cerâmicos indica o cultivo do tabaco. Provavelmente cultivariam ainda

o feijão e o amendoim. A caça, a pesca e a coleta de vegetais e de moluscos certamente complementavam a dieta.

As ferramentas e os artefatos feitos de pedra pelos ceramistas Aratu-Sapucai incluem pesadas lâminas de machados- lascados e polidos- utilizados na derrubada das matas. Esses grupos não se estabeleceram nos grandes rios regionais e, por conseguinte, não parecem ter sido especialmente canoieiros, sendo, portanto, menos provável a utilização desses utensílios para a confecção de canoas. Lâminas de machado pequenos, lascados e polidos, medindo entre 8 e 12 centímetros com forma trapezoidal irregular e também amigdalóides, polidos, medindo em torno de 10 centímetros, também foram parte do seu equipamento regular. Alguns machados semilunares, em geral associados a práticas cerimoniais, foram também recuperados em sítios Aratu-Sapucai (FERNANDES, 2001).

Grandes fragmentos de rochas básicas foram utilizados como bacias para polimento, há afiadores de arenito com sulcos, quebra-cocos ou bigornas com depressões semiesféricas que podem ter sido utilizados para esmagar grãos, corantes, para lascamento bipolar, entre outros, grandes e pequenos raspadores, grandes e pequenas lascas retocadas e não-retocadas e grandes facas raspadeiras compõem o seu equipamento. Peças feitas usualmente em cerâmica foram produzidas também em pedra, como fusos para fiação, que aparecem em calcário, xisto e até mesmo em osso (FERNANDES, 2001).

Conforme foi explicado anteriormente, além das aldeias de habitação, os cemitérios desses ceramistas também foram encontrados, tanto na área das aldeias, como fora delas. Nestes locais aparecem muitos sepultamentos primários no interior de urnas funerárias piriformes, ou seja, em forma de pêra. Tigelas conoidais emborcadas sobre elas, placas de pedra ou grandes fragmentos de outras vasilhas cumpriam a função de opérculos, tampando as urnas funerárias com o claro objetivo de isolar os mortos do contato direto com a terra. As urnas infantis erma de menor porte e não recebiam cobertura (FERNANDES, 2003; 2017).

Raramente essas urnas aparecem isoladas, sendo mais comum os pequenos agrupamentos compostos por duas ou três delas ao longo do cemitério e enterradas sempre em pequenas profundidades. Em sua maioria não possuíam decoração, contudo há ocorrências de engobos de grafite e da decoração plástica. Neste último

caso, a decoração foi aposta tão somente à volta da boca da urna e varia desde a impressão de cordas a largas faixas corrugadas ou ainda linhas incisas em torno do lábio (FERNANDES, 2003; 2017).

No que diz respeito às práticas funerárias, os indivíduos adultos eram dispostos com acompanhamentos no interior das urnas funerárias com vários objetos como tembetás de quartzo leitoso, adornos peitorais feitos de conchas de moluscos, pequenos machados com cerca de dez centímetros de comprimento em média, alguns feitos em pedras verdes, pequenas vasilhas emborcadas semelhantes à que serve de tampa protegendo o corpo e rodelas de fusos para fiação feitas a partir do reaproveitamento de cacos de cerâmica e também de pedra (FERNANDES, 2003; 2017). A figura 6 mostra um exemplar de urna funerária da Tradição Aratu que foi encontrada na região.



Figura 14: Urna funerária datada em +-650 anos atrás, encontrada em 1998 no mirante de Trancoso. Fonte: Acervo (2009)

A par das urnas destinadas ao sepultamento dos mortos, os ceramistas Aratu-Sapucaí produziram vasilhames utilitários, com formas pouco diversificadas, predominantemente globulares e hemisféricas. Além delas, fizeram também pequenos vasilhames, alguns geminados, outros com bases perfuradas, tratando-se, possivelmente, de cuscuzeiros. Ainda em cerâmica fizeram carimbos para adorno corporal, cachimbos tubulares ou afunilados para o fumo do tabaco, sem decoração, assim como rodela de fusos que sinalizam a fiação de redes e de tecidos grossos (GONZÁLEZ, 1996; FERNANDES, 2001).

Alguns sítios apresentam decoração corrugada, roletada, incisões e/ou engobo de grafite. As vasilhas apresentam diferentes formas, embora predominem as de paredes diretas e lisas, sem decoração. Os tamanhos variam de pequenas cuias, com menos de 1,0 litro de capacidade, a grandes vasilhas, com mais de 50,0 litros de capacidade.

Para a confecção dessas pastas que foram utilizadas nessas cerâmicas, eles utilizaram basicamente antiplástico mineral, no caso areia fina ou grafite. Os vasilhames feitos através da técnica do acordelado, apresentam paredes finas, entre cinco e dez milímetros de espessura, bem alisadas. As bases são côncavas, as bordas são diretas, sem reforço, os lábios são em sua maioria arredondados e, em menor escala, biselados ou apontados (GONZÁLEZ, 1996; FERNANDES, 2001).

Esses sítios não podem ser compreendidos enquanto unidades isoladas, mas sim como elementos de uma organização maior, que compreenderia um grande número de aldeias ocupando um vasto território. De fato, por boa parte do Nordeste e Centro-Oeste brasileiro são encontrados sítios arqueológicos com características semelhantes. Os mais antigos recuam para os primeiros séculos da era cristã, e os mais recentes mostram contatos com o colonizador europeu.

Uma aldeia associada aos grupos portadores da cerâmica Aratu escavada na região de Sauipe forneceu data de 670 BP, ou ainda, 1.280 d.C. (século XIII de nossa era - Robrahn-Gonzalez & Zanettini 2000). Sugere-se que os grupos portadores de cerâmica Aratu tenham alcançado o período colonial, como indicam os vestígios europeus encontrados em alguns sítios.

Não obstante à caracterização geral da cultura material dos ceramistas Aratu-Sapucaí, pouco se sabe ainda da sua organização social, dos seus sistemas de

assentamentos e de abastecimento, da sua interação com outros grupos como os ceramistas Tupiguarani, com quem compartilharam aspectos da sua cosmologia, como a prática funerária do enterramento em urnas com tampas, uma prática amazônica em sua origem (SOARES, 2013).

Na área de estudo para a elaboração da carta arqueológica, há um interessante contato entre essas duas tradições ceramistas, no sítio Terravista, município de Porto Seguro. Os dois assentamentos, situado lado a lado, figura 6, foram implantados à beira-mar no alto de uma falésia. Essa área foi escavada durante os anos 2001, 2002 e 2003 pela equipe do NAPAS/UFBA e foram coletados mais de duzentos mil fragmentos cerâmicos ligados às tradições Aratu-Sapucai e Tupiguarani.



Figura 15: Visão panorâmica da área do sítio Terravista, onde estão cerâmicas das tradições Aratu-Sapucai e Tupiguarani em Porto Seguro. Fonte: Acervo (2006).

3.2.4 Os ceramistas Tupiguarani

Esta tradição arqueológica define um grupo de horticultores ceramistas que teriam surgido na Amazônia há 3.000 anos atrás. Ela apresenta uma ampla distribuição por todo o território brasileiro, tendo chegado também as Guianas,

Paraguai e Uruguai e norte da Argentina. A expansão da cultura tupiguarani por um território de dimensão continental pode ser parcialmente explicada devido à vocação pela navegação, principalmente a fluvial (CORREA, 2017).

Os grupos portadores de cerâmica Tupiguarani teriam sido os últimos indígenas a penetrar na área. As datações disponíveis vão do século XIII ao XVII, o que pressupõe contato com o colonizador europeu. As aldeias identificadas estão na zona do Recôncavo e no alto curso do Rio Itapicuru.

Diferentes relatos históricos e etnográficos indicam a presença de grande densidade de grupos indígenas na região a época do contato. Genericamente denominados de "Tupinamba", constituíam um dos grupos falantes da língua Tupi e ocuparam grande parte do litoral brasileiro. Textos da época contam algumas peculiaridades e costumes desses indígenas, embora partindo de um olhar europeu, que de um modo geral ressaltava o Lado exótico e selvagem da cultura. Além disso, os relatos se concentram em algumas aldeias instaladas no litoral sudeste, com poucas e vagas informações para todo o restante da região.

A Arqueologia tem permitido enriquecer e repensar esse cenário. Descobertas e escavações recentes têm acrescentado dados importantes a discussão, mostrando que estes grupos apresentavam um nível de organização bastante longe do que o europeu da época chamaria de "selvagem".

Originários da região amazônica, grupos teriam chegado ao litoral norte baiano descendo pelo litoral. Durante o deslocamento, as novas áreas foram sendo incorporadas, dentro de um processo de expansão territorial. Como resultado, terminaram por ocupar uma extensa faixa que se estendia desde o Maranhão até o sul de São Paulo. Este movimento teria ocorrido de forma lenta e gradual, durando vários séculos, ou até mesmo mais de um milênio.

Depois do século X, todo o território brasileiro já se encontrava amplamente ocupado por diferentes grupos indígenas, entre caçadores e coletores nômades ou seminômades e diferentes grupos de ceramistas cultivadores. Dessa maneira, muitas vezes os grupos Tupinambá penetraram territórios alheios, provocando diferentes formas de contatos culturais, de natureza pacífica ou belicosa.

Cronistas do século XVI informam que alguns grupos teriam sido incorporados aos Tupinambá, passando a fazer parte de suas comunidades; outros grupos, ao

contrário, teriam sofrido um processo de “tupinização”, conservando parte de seus padrões culturais de origem. Por outro lado, a expansão territorial Tupinambá levou-os a uma série de adaptações, uma vez que os grupos passaram a ocupar áreas com características ambientais diversas de seus lugares de origem: saindo da mata amazônica, alcançaram o semiárido nordestino, com grandes zonas de caatinga, floresta e cerrado, além do ambiente de dunas, típico do litoral. O conjunto dessas variáveis certamente levou os grupos a apresentarem significativas variações regionais, como consequência de contextos específicos de ocupação.

As plantas das aldeias levantadas pelos pesquisadores mostram que a diferença do que ocorria entre os grupos Aratu-Sapucaí, as ocas raramente organizavam-se ao redor de uma praça central, mas agrupavam-se de forma irregular. No sul do Brasil, por exemplo, em particular ao longo do rio Paranapanema, os fundos de habitação correspondem a terras pretas espessas de algumas dezenas de centímetros que foram provavelmente ocupadas (ou reocupadas) durante muitos séculos e até décadas (PROUS, 2007).

As informações sobre o tamanho das habitações Tupinambá entre os cronistas dos séculos XVI e XVII são bastante variáveis. Baseando-se nestes autores, Florestan Fernandes fez um quadro comparativo das dimensões da maloca Tupinambá com referências das mais variadas, que vão desde 4,60 x 49,50 m, passando por 11,00 x 88,00 m, alcançando até surpreendentes 9,90 x 242,00 m, dependendo da fonte³. Florestan, ao comentar sobre a disparidade das informações, lembra que o tamanho da maloca está diretamente associado ao número de indivíduos que ela abrigava, que girava em torno de 50 a 200 pessoas, podendo alcançar números muito maiores, segundo outras fontes por ele consultadas (ACERVO, 2009).

Os tupiguarani parecem ter procurado os terraços fluviais ocupados pelas matas ciliares, cujo solo rico em matéria orgânica favorece a agricultura de coivara. Nas suas plantações, davam grande importância à mandioca amarga. Não gostavam de se afastar dos rios navegáveis, já teriam se deslocado por meio de canoas e, apreciavam morar na proximidade de corredeiras, onde era fácil instalar barragens e armadilhas para capturar peixes. Com efeito, a pesca devia ser a sua maior fonte de proteínas (PROUS, 2007).

Em relação ao material lítico, os tupiguarani tinham diversos instrumentos de pedra como martelos feitos a partir de pedras roladas, quebra-cocos, polidores para ossos e lascas que possuíam várias funcionalidades para cortar, serrar, raspar, furar e até ralar. Quanto ao instrumental polido, os principais instrumentos eram os machados, utilizados para a derrubada de árvores e as cavadeiras, usados para o preparo da terra para o plantio. Além disso, havia mãos de pilão, que eram usadas para triturar grãos (PROUS, 1992).

Horticultores tradicionais, esses grupos teriam cultivado mandioca doce (aipim), a mandioca amarga (ou “brava”), bem como o milho, a batata doce, o algodão, o feijão, o amendoim, o abacaxi e o tabaco. Teriam desenvolvido uma agricultura diversificada, com diversas plantas que continham vários nutrientes que complementavam a dieta. Alguns produtos como milho e mandioca, eram conservados inteiros ou na forma de farinha, permitindo o consumo por vários meses (ACERVO, 2006).

Os sepultamentos conhecidos são de dois tipos: em terra e em urnas, sendo que as duas modalidades podem ser encontradas num mesmo sítio. No entanto, a quase totalidade dos achados são de urnas, das quais várias centenas foram registradas pelos pesquisadores. A presença de mobiliário funerário é registrada. Com efeito, houve sepultamentos secundários em urnas e os esqueletos enterrados poderiam ser meramente corpos abandonados antes de se completar o ritual funerário. O sepultamento em urna, descrito historicamente por Thevet e Cardim, resultaria da preocupação dos sobreviventes de não deixarem ossos em contato com a terra (PROUS, 1992).

Na região de Sauipe, além de aldeias a céu aberto foi identificado um sítio cemitério, contendo grande quantidade de vasilhas ovaladas ou retangulares, ricamente pintadas (Robrahn-Gonzalez & Zanettini 2000), cujo uso é tradicionalmente associado ao enterramento secundário (representadas, inclusive, nas pinturas de viajantes como A. Thevet, 1978). Um sítio em Sauipe apresentou ainda grande quantidade de ocre (Robrahn-Gonzalez & Zanettini 2000), material tradicionalmente utilizado em pintura corporal, que poderia ter sido empregado para este fim, seja decorando o corpo dos indivíduos que participavam dos rituais, seja o corpo do próprio morto.

Os rituais antropofágicos não deixaram muitos vestígios arqueológicos, fora alguns raros casos de ossos humanos quebrados e queimados encontrados na baía da Guanabara. De fato, sabemos pouco mais sobre os costumes funerários dedicados aos membros da comunidade à medida que alguns mortos, enterrados de modo provisório numa cova até as carnes apodrecerem, tinham seus ossos, finalmente depositados numa igaçaba. Muitas vezes o corpo era acompanhado por vasilhas pintadas (PROUS, 2007).

E ao contrário das grandes urnas piriformes dos Aratu-Sapucaí, as urnas tupiguarani apresentavam um ombro marcado muito característico e suas vasilhas em geral tem reforço de borda, por vezes decorado, também típico dessa cultura. Os potes apresentam assim grande semelhança com as frutas da sapucaia, uma árvore que está relacionada com o mundo dos mortos na mitologia dos tupis do século XVI (PROUS, 2007).

Os artefatos líticos depositados com os mortos deviam ser de uso estritamente pessoal, já que são encontrados quase que exclusivamente nas urnas e raramente nos fundos de habitação, são, sobretudo, machados polidos, seguidos de tembetás, geralmente de quartzo e resina. Quanto aos vasos de cerâmica, alguns são encontrados quebrados intencionalmente. Muito raramente encontram-se outras oferendas, como algumas peças líticas lascadas, polidores de arenito. Nos sítios de contato cultural, aparecem também materiais considerados preciosos, como contas de vidro europeias (PROUS, 1992, SENA, 2013).

Em relação às cerâmicas utilitárias, assim como dos Aratu-Sapucaí, compreendem pequenos vasos e sua forma carenada é comum. Os vasos são frequentemente decorados por corrugamentos, impressões por unhas (ungulados), banhos de tinta (engobos) nas cores vermelha ou branca ou ainda finos traços geométricos (volutas, “gregas”, etc.) em negro e vermelho sobre fundo branco. A figura XX, mostra um fragmento de cerâmica com decoração plástica e a figura XX, mostra uma peça com decoração pintada:



Figura 16: Aspecto de uma vasilha tupiguarani encontrada em Santa Cruz Cabralia e datada no contexto de contato com os portugueses no século XVI. Fonte: Acervo (2006).

Nos sítios do sul do Brasil a decoração plástica do tipo corrugada é predominante, enquanto para o norte os vasilhames são preferencialmente pintados. A mesma oposição regional se encontra na forma das urnas: são fechadas no sul, mas abertas, ovais ou quadrangulares no norte do Brasil, a exemplo das urnas que são encontradas no Estado da Bahia (PROUS, 1992).

A forte demografia dos tupiguarani os estimulou a conquistar novas terras, estendendo sua influência desde a Argentina até a Amazônia, alcançando Peru e a Bolívia nos limites com o Império Inca. Quando os europeus abordaram o litoral, os tupis acabaram de conquistar as populações anteriores, como os sambaquianos. As tribos tupinambá e tupiniquim são bem conhecidas graças aos cronistas franceses e alemães que participaram de lutas pela colonização da baía do Rio de Janeiro e graças aos jesuítas portugueses como Anchieta e Nóbrega (PROUS, 1992).

Já adentrando no período histórico, ao longo do século XVII os jesuítas espanhóis agruparam os guaranis meridionais nas suas famosas reduções, onde tentaram em vão resistir aos bandeirantes paulistas, caçadores de escravos,

aprisionaram os nativos para serem escravizados e servirem à coroa portuguesa. A língua tupi deveria, no entanto, servir como “língua geral” para todo o Brasil até o século XIX, enquanto o guarani se manteve como segunda língua no Paraguai e muitos bandeirantes falavam essa língua geral. E desse intenso contato com os europeus, houve reflexos na cultura tupi ao seu final. Além de contas encontradas dentro das urnas, as cerâmicas no período histórico ganharam contorno multiculturais, com clara contribuição tupiguarani a exemplo das diversas peças analisadas no litoral norte da Bahia (PROUS, 1992; SILVA, 2019).

3.2.5 A proximidade entre os ceramistas Aratu-Sapucai e os Tupiguarani na área de estudo da Carta Arqueológica

São recorrentes na região costeira de Porto Seguro sítios arqueológicos de grupos cerâmicos da tradição Tupiguarani e Aratu nos altiplanos junto ao mar e no interior, instalados em locais onde há possibilidade de apropriação de recursos naturais oriundos de vários ecossistemas (mangue, floresta e mar).

Na região de Porto Seguro, os primeiros sítios arqueológicos começaram a ser identificados em 1997 pelo Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos (MAS) que foi desenvolvido pela UFBA. O MAS resgatou de um significativo conjunto de vestígios da cultura Tupiguarani, presente sobretudo em áreas intensivamente ocupadas após o início da colonização, como os atuais centros urbanos de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Trancoso e Vale Verde.

As datações absolutas de objetos cerâmicos obtidas pelo método da Termoluminescência Ópticamente Estimulada indicam, até o momento, um intervalo temporal de ocupação destes sítios entre os séculos XI e XVII, conforme os seguintes resultados, como mostram as tabelas 3 e 4:

Procedência da amostra*	Filiação cultural	Idade (anos)	Período histórico correspondente
Sítio Arakakaí	Tupiguarani	420 ± 30	1550 – 1610 AD
Sítio Engenho do Itacimirim	Tupiguarani	500 ± 50	1450 – 1550 AD
Sítio da Cidade Alta de S.C. Cabralia	Tupiguarani	500 ± 25	1475 – 1525 AD
Urna funerária do Mirante de Trancoso	Aratu	650 ± 65	1285 – 1415 AD
Sítio Mirante da Coroa Vermelha	Tupiguarani	400± 40	1560 – 1640 AD
		650± 70	1280 – 1420 AD
Sítio da Cidade Alta de Porto Seguro	Tupiguarani	770 ± 80	1150 – 1310 AD
Sítio Mamoeiro **	Tupiguarani	890 ± 40	1075 – 1155 AD
Sítio da Cidade Baixa de S.C. Cabralia	Aratu	900 ± 25	1075 – 1125 AD

Tabela 3: Datações absolutas de material cerâmico na região de Porto Seguro. Fonte: Acervo (2009)

Código da amostra LVD	Procedência da amostra	Idade (anos)	Período histórico correspondente
1443	Área 1, Setor 2	1.600 ± 210	195 – 615 AD
1444	L.17.9	1.300 ± 160	545 – 865 AD

Tabela 4: Datações absolutas de material cerâmico tupiguarani em Trancoso. Fonte: Acervo (2009)

Caso os resultados acima fossem relativos a datações por Carbono-14, poder-se-ia considerar que as margens de erro dos intervalos temporais indicados os colocam próximos aos limites da presença das ocupações ceramistas no litoral nordestino, e que o conhecimento arqueológico existente ainda é insuficiente para uma discussão aprofundada acerca dos assentamentos ceramistas mais antigos.

Contudo, a ausência de elementos no sítio que permitissem datações radiocarbônicas, tais como estruturas de fogueiras, ou outro material orgânico qualquer em contexto preservado, permitiu que fossem realizadas apenas exames por Termoluminescência, baseados no material cerâmico, método que por vezes apresenta resultados díspares daqueles esperados pelos pesquisadores. Por este

motivo, alguns resultados, como os apresentados acima, costumam ser desconsiderados quando não existe a possibilidade de calibrar as datações através da comparação entre diversas datas obtidas por métodos mais precisos – situação do sítio pesquisado.

O quadro apresentado expõe resultados que não se encaixam nos padrões de assentamento aceitos para os sítios da tradição Tupiguarani, na medida em que as datas antecedem, em média, mais de 700 anos as datações de sítios cerâmicos no sul da Bahia apresentadas no quadro inicial.

A literatura sobre a ocupação do litoral por grupos detentores da cerâmica Tupiguarani indica a sua chegada por volta do ano 1000, e extremos da tradição no intervalo entre os anos 500 e 1800 da nossa era. Em regiões do país intensamente pesquisadas como o Rio de Janeiro, Ondemar Dias sugere o intervalo entre os anos 1000 e 1800 AD como o período de maior extensão e densidade populacional destes assentamentos. Em geral, considera-se o período posterior ao ano 700 AD para a presença destes grupos no planalto meridional do Brasil e entre os séculos XI e XIII como o de extensão da tradição para a zona litorânea (Prous, 1992:411).

Por outro lado, a cronologia predominante dos sítios Tupiguarani também apresenta exceções que podem provocar a reavaliação do conhecimento acerca das teorias sobre a origem e a migração destes grupos. Algumas datações isoladas entre os anos 60 AC e 80 da nossa era são consideradas muito antigas e, por isso, acabam não sendo bem aceitas por não apresentarem os resultados esperados, conforme observa Prous (1992:410). Todavia, além destas são conhecidos resultados que remontam aos anos 220 AD na zona da mata pernambucana e 260 AD no Piauí (Prous, op. cit.), reiterando a necessidade de novas pesquisas a fim de se estabelecer uma cronologia conclusiva.

A importância da cronologia nas análises dos sítios arqueológicos está presente não apenas na observação dos períodos de ocupação dos grupos humanos, como também na interpretação das relações mantidas entre eles. Por este motivo, as datações absolutas por Carbono-14 do material arqueológico resgatado do sítio Terravista, em Porto Seguro, atividade em fase de conclusão, e de outros sítios na região, tendem a influenciar na atribuição de características culturais dos demais sítios pré-coloniais já identificados.

Em suma, apenas através da inferência cronológica por métodos radiocarbônicos em um número considerável de amostras na região será possível aceitar os resultados ora apresentados. Para o momento, não existem elementos que sustentem a antiguidade das referidas datas.

Em alguns sítios, a exemplo do Terravista, está sendo verificada a sobreposição de elementos Tupiguarani e Aratu que deverá fomentar novas discussões acerca destes assentamentos no litoral baiano. As análises sobre os assentamentos ceramistas Aratu e Tupiguarani no sul da Bahia têm demonstrado que a divisão proposta na bibliografia arqueológica para estas duas tradições, principalmente em relação ao período de ocupação destes grupos na região, merecerá em breve uma revisão.

Dócio (2008) publicou um estudo de caso que teve por objetivo o estudo dos fragmentos cerâmicos - originados de escavações realizadas no sítio Terravista - em seus aspectos tecnológicos, morfológicos e decorativos. Além disso, visou à realização da curadoria desse material, compondo um banco de dados estatísticos. Em razão da grande importância científica desse sítio arqueológico, segue abaixo informações a respeito da análise elaborada por Dócio (2008).

O desenvolvimento deste estudo de caso foi realizado com a abordagem da análise quantitativa onde o valor do estudo de caso esta em possibilitar o conhecimento aprofundado de uma realidade específica, de modo que os resultados atingidos permitem formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas (Costa et al, 2001). Esta metodologia específica, possibilitou um melhor aproveitamento dos dados obtidos no decorrer da pesquisa e atingiu os objetivos propostos.

Logo que chegou as dependências do laboratório do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia – NEPAB. O material arqueológico foi limpo (com o auxílio de bacias plásticas e pincéis tipo trincha) e quantificado, as etiquetas foram refeitas e tudo foi recondicionado em sacos plásticos. Concomitantemente a este processo o material foi separado por tipo: cerâmico, lítico etc. As peças diagnósticas (bordas, fundos de vasilhas e fragmentos decorados) foram separadas dos demais artefatos, devido a sua importância para a análise tipológica, pois, a reconstituição

do formato original das peças é realizada a partir de informações obtidas com esses tipos específicos de fragmentos.

Na etapa seguinte da pesquisa, os fragmentos foram medidos com o emprego de um paquímetro e contabilizados para compor os dados relativos ao nível de fragmentação das peças. Em seguida os fragmentos foram listados por níveis estratigráficos e quadras de origem. Por fim, confeccionou-se tabelas com esses dados, utilizando uma planilha de cálculo.

Em termos de condições dos fragmentos, esse material, durante o processo de limpeza e triagem, se apresentou de forma muito quebrado. Desta forma, 60% das peças medem entre 1 cm e 1,5cm; 33% apresentam entre 1,5cm e 2,5cm; 2% do fragmento apresentou marcas profundas de desgastes, fato que impediu a sua identificação tipológica; as peças que apresentaram tamanho superior a 2,5cm compõem 5% do material. Destes 5% apenas 1,5% pode ser utilizada na análise por se compor de bases, bordas e fragmentos decorados.

A técnica de confecção identificada nestes fragmentos foi, quase sempre, o acordelado, além da modelagem de pequenas peças ou pequenos apêndices de peças maiores. Do total de fragmentos analisados, aproximadamente, 93,2% é composto por cerâmica simples (sem decoração), e apenas 6,8% por cerâmica decorada. Desta última, 74% são fragmentos de paredes e 26% é constituído de bordas.

Observou-se, durante a análise da densidade dos fragmentos que, das 20.990 peças identificados ao longo da triagem, 91% são provenientes do Setor G, 7% saíram do Setor D e apenas 2% foi retirada do Setor E. Dentre as peças diagnosticadas analisadas, as bordas se apresentam com maior frequência, constituindo 56% dos fragmentos. Já os fragmentos de paredes decoradas somam 27%, enquanto as bases constituem 17% do total do material pesquisado.

Na análise das formas de decoração, constatou-se que o mais frequente é a decoração modelada, disposta na parte externa dos artefatos, está se apresenta em 46,2% dos fragmentos de paredes e em 25,8% das bordas. Enquanto a decoração pintada, disposta apenas na parte interna das peças, apresenta-se em 13% dos fragmentos de bordas e 15% dos fragmentos de paredes.

O antiplástico mais frequente, nos fragmentos analisados, é o grão de quartzo. Este ocorre tanto sozinho, num total de 75% dos fragmentos, como combinado com

outros tipos, estando presente, por isso, em todas as peças. Os demais antiplásticos identificados foram: conchas moídas, que se apresenta em, aproximadamente, 15% das peças; cerâmica moída: 5% das peças; ocre: 3%; e feldspato: 2%.

E por fim, a análise da densidade de fragmentos por níveis estratigráficos, foram cruzados dados de campo com os obtidos no laboratório. Assim, foi possível perceber que, nos setores pesquisados, 74% dos fragmentos se encontravam entre 10-20 cm da superfície do terreno, enquanto 31% estavam entre 20-30 cm de profundidade e apenas 1,0% dos fragmentos foram encontrados entre 30-40 cm de profundidade.

Os vestígios de grupos ceramistas estão presentes não apenas nos terrenos elevados, a exemplo do Terravista, mas também próximos à praia, como indicado pelos sítios Arakakaí e Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália, áreas atualmente urbanizadas. Nas imediações da Aldeia de Barra Velha, ao sul de Caraíva, por exemplo, é recorrente a presença de urnas funerárias com características Aratu (ETCHEVARNE, MOTTA VIVA, 1998), algumas delas encontradas inteiras pelos Pataxó.

Com relação apenas aos vestígios da presença Tupiguarani eles são os mais recorrentes na região, identificados em áreas aproveitadas recentemente para o uso urbano, como o sítio Mirante, em Santa Cruz Cabrália, os sítios Pedro Grande, Porto Livre/Altos de Trancoso e Alto do Segredo, localizados em Trancoso, o sítio Corais do Arraial, em Arraial d'Ajuda, os sítios Mangues 1 e Alto do Village, localizados na Orla Norte de Porto Seguro e o sítio Vila Verde, na Sede municipal (ACERVO, 2009).

Infelizmente nestas áreas, é impossível determinar a extensão das ocupações Tupiguarani, pois as ocupações posteriores acabaram por destruir o contexto original dos sítios. Um exemplo de ocupação Tupiguarani recentemente destruída é o sítio arqueológico do Mirante (BA-SCS-001) em Santa Cruz Cabrália, localizado no bairro do mesmo nome, ao lado da Cidade Histórica. Lá foram encontrados vestígios de ocupação pré-colonial em toda a área do loteamento, que foi implantado há algumas décadas.

Uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos foi resgatado em acompanhamentos arqueológicos regulares durante construções em 1988. O sítio representa os restos da população pré-colonial mais densa já encontrada na região

de Porto Seguro e é datado em cerca de 450 anos antes do presente. Um estudo arqueológico preliminar neste local teria permitido a implantação do loteamento sem a perda de valiosas informações sobre os padrões de assentamento deste grupo indígena.

3.2.6 A História e a Arqueologia Histórica

Neste item visando aprofundar a parte histórica, foram subdivididas várias partes que correspondem aos principais sítios histórico-arqueológicos, enquanto importantes locais de memória relacionados à área de estudo para a elaboração da carta arqueológica.

3.2.6.1 Núcleos urbanos

A primeira colônia europeia do Brasil foi fundada, em 1503, em Porto Seguro, mas a região já abrigava europeus desde 1500. Porto Seguro foi o palco das primeiras missas, foi o primeiro porto, primeiro centro comercial com europeus, abrigou a primeira igreja e o primeiro hospital. Esses pioneirismos ocorreram nos atuais municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

O povoamento português dessa colônia começou em abril de 1500, quando dois degredados foram aqui deixados e uma grande cruz foi instalada. Essa Cruz primaz do Brasil foi elevada à condição de santa por D. Manuel, que deu o nome de Santa Cruz à toda a terra, até então conhecida por essas bandas, e que viria a ser chamada de Brasil

Nessa época, a região era habitada pelos tupiniquins e provavelmente recebeu mais degradados portugueses pelas expedições que aqui passaram nos anos seguintes, pois a pena de degredo era comum, em Portugal, e Santa Cruz precisava de gente que aprendesse a cultura dos nativos. Depois de Cabral, teria chegado João da Nova, no início de 1501, que teria feito escala aqui, a caminho das Índias, conforme previsto no regimento entregue por D. Manuel. Naquele mesmo ano veio a

primeira expedição de Gonçalo Coelho, com Américo Vespúcio, para exploração do litoral brasileiro.

Em 1502 começou a exploração de pau-brasil na Terra de Santa Cruz. Mapas do início do século 16 indicam o Rio de Brasil, logo ao sul de Porto Seguro, inclusive o Cantino, de 1502. Esse nome foi dado pela expedição de Gonçalo Coelho, de 1501, que achou a madeira vermelha em suas margens.

Em 1503, com a exploração de pau-brasil em alta, a Terra de Santa Cruz foi arrendada e fundou-se a primeira aldeia europeia, em Porto Seguro. Em novembro do mesmo ano de 1503, um segundo núcleo colonial teria sido fundado em um porto, mais ao sul, em latitude de 18°, na região histórica de Caravelas. Assim, as duas primeiras colônias europeias, no Brasil, foram fundadas no sul da Bahia, em 1503.

Em 1535, chegou Pero do Campo Tourinho e instalou a Capitania de Porto Seguro, onde fundou oito vilas. Tourinho não trouxe, em sua expedição, gente para fundar tantas vilas, o que indica já existirem outros povoados na região.

A Ponta de Juacema constitui um acidente geográfico sobre o qual foram identificados vestígios de ocupação histórica do século XVI, referente a um assentamento português que teria persistido até o ano de 1564, quando foi destruído por ataques dos Aimorés. Também há indicativos da existência de um engenho de açúcar no mesmo período da povoação. O local é ainda associado a um mito Pataxó, segundo o qual próximo ao povoado colonial haveria um buraco de onde saiam os índios Bakirás (Etchevarne, Viva e Cardoso 2000). Segue um mapa de João Teixeira Albernaz de 1640 com a indicação da Vila de Porto Seguro, figura 17:



Figura 17: Mapa de 1640 indicando a Vila de Porto Seguro e outros locais importantes como a Fazenda Santo Amaro. Fonte: Bacelar (2018)

Fernão Cardim, que passou por Porto Seguro em 1583, descreveu aquela vila como pequena e pobre. Em 1602, estava praticamente despovoada e os moradores apelavam ao governo português pelo retorno definitivo dos jesuítas e reestabelecimento da antiga residência, que foi reaberta pelos padres Mateus de Aguiar e Gabriel de Miranda, em 1622. Do início do século XVII a meados do XVIII, a vida econômica e social da Capitania de Porto Seguro esteve em crise, passou de herdeiro a herdeiro sem, praticamente, nenhum desenvolvimento.

Tamanho fracasso foi atribuído ao Sistema de Capitâncias Hereditárias e, para reverter a situação, criou-se um sistema de Governo Geral, com sede na Bahia. Com essa política inaugurada pelo futuro Marquês de Pombal, em Portugal, foram tomadas as seguintes providências: a expulsão dos jesuítas, em 1760; em 1761, a capitania foi incorporada à Coroa Portuguesa; e, em 1763, ocorreu a criação de novas vilas, a abertura de estradas e a reconstrução de edifícios públicos e religiosos. Em 20 de outubro de 1795, foi criado o distrito de Porto Seguro.

Após a incorporação da Capitania à Coroa Portuguesa, foram realizadas muitas obras na Cidade Alta, o que reforçou seu prestígio, como a construção da Casa de

Câmara e Cadeia, da Igreja Matriz, e a restauração da Igreja da Misericórdia. Os dois núcleos de Porto Seguro surgiram praticamente ao mesmo tempo, mas a parte alta - sede do poder político e ocupada pelas camadas sociais mais altas - manteve sua hegemonia até meados do século XIX, quando a situação se inverteu.

Os assentamentos coloniais encontravam-se, em geral, cercados por vários ecossistemas que disponibilizavam uma variada gama de recursos naturais para suprir as necessidades dos colonos. Os mirantes defronte ao mar representam os locais preferencialmente escolhidos pelos portugueses para a instalação dos núcleos coloniais, como o centro histórico de Santa Cruz Cabralia e a Cidade Alta de Porto Seguro, instalada estrategicamente na margem esquerda do rio Buranhém, cujo percurso é caracterizado por um vale largo com fundo chato. Na foz do Buranhém, um banco de arenito linear, com cerca de 2.000 metros de comprimento, conforma uma grande barreira natural que protege a entrada do porto, local ocupado pela Cidade Baixa (ACERVO, 2006).

A Ponta de Juacema constitui um acidente geográfico sobre o qual foram identificados vestígios de ocupação histórica do século XVI, referente a um assentamento português que teria persistido até o ano de 1564, quando foi destruído por ataques dos Aimorés. Também há indicativos da existência de um engenho de açúcar no mesmo período da povoação. O local é ainda associado a um mito Pataxó, segundo o qual próximo ao povoado colonial haveria um buraco de onde saíam os índios Bakirás (Etchevarne, Viva e Cardoso 2000).

Portanto, a cidade histórica de Porto Seguro é considerada um dos primeiros núcleos habitacionais do Brasil. É constituída por um belíssimo conjunto arquitetônico formado pelo: o Marco de Posse (1503 ou 1526); a Igreja de Nossa Senhora da Pena (1535); a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia construída em 1526 e reconstruída em 1535; a Igreja de São Benedito (1549 ou 1551); ruínas do colégio dos Jesuítas e a Casa de Câmara e Cadeia (1756), onde funciona o Museu da Cidade. A Cidade Histórica apesar de ser fisicamente isolada do restante do município possui grande importância na atividade turística da cidade, considerando que este sítio histórico é um dos principais locais de visitação (MURICY, 2001).

3.2.6.2 Atividades econômicas

Do século XVII sobreviveu no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa um número significativo de registros sobre a atividade madeireira em Porto Seguro. Alguns documentos revelam o grande volume da produção mensal, trazendo informações sobre o envio de “três barcos de pau à Bahia”, com quantidade total de mais de 816 quintais de pau-brasil. De certo que outras atividades econômicas tiveram lugar na história dos dois primeiros

séculos da antiga Capitania de Porto Seguro. Em diferentes conjunturas e com diferentes dimensões, o fabrico da farinha, a pesca da garoupa e a produção de milho, feijão e algodão ganharam maior ou menor destaque no rol das atividades econômicas desenvolvidas na região. (CANCELA, 2012).

Na primeira metade do século XVII, ao que as fontes indicam, a Capitania de Porto Seguro contava com um povoamento português rarefeito. Com uma vila e poucas povoações, os documentos dão conta de que se tratava de um lugar pobre, pouco inserido no mercado de açúcar, todavia, ligado ao mercado internacional por meio da atividade extrativista de pau-brasil. O modo como se operava o negócio da madeira tintorial não foi favorável ao desenvolvimento daquele espaço colonial. O controle militar, fiscal e o monopólio da Coroa direcionavam os rendimentos para o reino proporcionando reduzidíssima acumulação endógena e pouca inversão de capital (SANTOS, 2018).

Segundo Santos (2015), de acordo com os oficiais da Câmara de Porto Seguro, “a pobreza desses seus vassalos [era] tanta pelas guerras passadas que os tapuias nos fizeram pondo tudo a fogo e a sangue que de quatro vilas que tinha esta capitania ficou em uma só com menos de cem vizinhos”. Segundo o capitão-mor em exercício, Paulo Barbosa, no ano de 1645 “não havia mais de ter sessenta vizinhos ou mais e pod[ia] haver até cem”. Em outro documento, o capitão afirmou que na Vila de Nossa Senhora da Pena havia “uma igreja com uma casa em que assist[ia] um padre da companhia e um irmão” e que em Porto Seguro tinha “muito boas terras para todo o gênero de lavoura” e que houvera “dezoito engenhos que faziam muito açúcar e com a guerra que deu o gentio se despovoou”. A essa época, além da Vila de Nossa Senhora da Pena, a capitania contava com as povoações de Santa Cruz (ao Norte) e

a povoação do Rio das Caravelas (ao Sul). As aldeias administradas pela Companhia de Jesus eram duas: Espírito Santo (atual distrito de Vale Verde) e São João Batista (atual distrito de Trancoso).

O plano econômico mercantil proposto pela coroa portuguesa para a antiga Capitania de Porto Seguro pode ser interpretado como uma tentativa de constituir uma nova vocação para aquele território, baseada em um modelo econômico calcado na produção de gêneros de subsistência e voltado para o abastecimento interno. A função econômica da capitania representava também uma medida fundamental para garantir a sustentação do açúcar e do tabaco em Salvador e seu recôncavo, bem como para o abastecimento do novo centro administrativo do Brasil, sediado na cidade do Rio de Janeiro desde 1763 (CANCELA, 2012).

Entre finais do século XVIII e início do século XIX, a entrada e a saída de embarcações do porto de Salvador indicam a grande participação das vilas de Porto Seguro no abastecimento da capital. Entre 1797 e 1814, mais de 280 embarcações deixaram os portos das principais povoações portossegurense em direção a Salvador, carregando as docas do Celeiro Público com um volume ainda desconhecido de farinha, além de feijão, arroz e milho. Somente no triênio 1808-1810, mais de 80 embarcações saíram de Porto Seguro para abastecer a cidade de Salvador, num período marcado pela chegada da comitiva da Família Real, pela abertura dos portos e por uma longa seca que se arrastou de 1807 a 1810 (CANCELA, 2012).

Em 1802, o inglês Thomas Lindley foi preso por tentar contrabandear pau-brasil, ouro e diamantes e, em suas memórias, relatou a situação de pobreza da cidade: existiam 500 barcos cobertos que pescavam garoupas em Abrolhos (ilha no litoral do atual município de Caravelas), salgando-as e enviando-as para Salvador. Em 1891, a vila foi elevada à categoria de cidade.

Segundo Nascimento (2000), no século XIX, é perceptível em alguns relatos sobre Porto Seguro do temor ainda existente em relação aos índios. Ferdinand Denis, por exemplo, chama de “infeliz” aquele se aventurasse nas florestas afastadas da costa sem guia índio e atribui o isolamento econômico da província durante 200 anos a partir do século XVII, as violentas guerras que determinaram o fim, inclusive do período de crescimento vivido durante o ciclo da administração da Casa de Aveiro. Já Aires de Casal se refere à Província de Porto Seguro como a mais atrasada de todas,

em razão da falta de portos para receber navios grandes. Basicamente, a economia sobreviveu da agricultura de subsistência e da pesca, e que apenas sofreu mudanças significativas com o advento do turismo a partir da segunda metade do século XX.

No século XX a interiorização, com base na pecuária ocorre com mais intensidade. Esse tipo de atividade somente se expandiu, em áreas de vegetação aberta ou mais tarde onde as condições permitiram a formação de pastagens com uso do fogo. Com a chegada do turismo, a maioria da população e das atividades se concentrava no meio rural até o ano 1970 aproximadamente, porém o processo incipiente de urbanização já era registrado desde os anos 60, principalmente em virtude da construção da BR 101 e BR 367, que propiciaram uma via de acesso a outras regiões (ACERVO, 2006; SOUZA, FONTES, MOREAU, 2011).

3.2.6.3 Engenhos de Açúcar

Os primeiros engenhos foram instalados na capitania de Porto Seguro, não prosperaram devido aos sucessivos ataques indígenas ao longo dos séculos. Enquanto na capitania da Bahia existiam, por volta de 1570, segundo Pero Gandavo (1980), dezoito engenhos de açúcar e na de Ilhéus mais oito, apenas cinco se mantinham na de Porto Seguro. Dez anos depois trinta e seis (metade movida a bois e a outra a água) operavam na Bahia e somente um havia sido acrescentado em Porto Seguro (ACERVO, 2006).

O engenho de Itacimirim, localizado na área de estudo da carta arqueológica, é datado do início do século XVI e é referência para discussões sobre as origens da produção açucareira no Brasil, além de servir de parâmetro de análise para uma série de outros contextos coloniais no que diz respeito, principalmente, as técnicas construtivas adotadas nos primeiros anos da presença portuguesa no Brasil. Na figura XX mostra um dos artefatos recuperados nas escavações desse sítio arqueológico (ACERVO, 2006). Pela grande relevância científica desse sítio arqueológico, segue abaixo análises empreendidas por Nascimento (2000).

O sítio arqueológico foi localizado a partir de um levantamento realizado previamente à instalação do primeiro segmento de uma nova linha de transmissão

de energia elétrica. Ela começa próximo ao núcleo urbano inicial de Porto Seguro, no Outeiro da Glória, e segue para o norte em paralelo ao mar. O sítio em questão está situado numa área próxima à praia, limítrofe à rodovia BR-367, que liga o centro de Porto Seguro à Orla Norte e ao município de Santa Cruz Cabrália.

Os objetos encontrados, em sua totalidade fragmentados, consistiam em restos de recipientes cerâmicos portugueses e também indígenas. A filiação cultural dos objetos é facilmente percebida, uma vez que a técnica de fabricação dos artefatos indígenas difere em vários aspectos daquela utilizada pelos portugueses, que introduziram o torno na colônia.

Num conjunto de 13 sondagens, escavadas no momento da identificação do sítio, houve 31 fragmentos cerâmicos de bordas que compunham originalmente fôrmas de pão de açúcar. Além das bordas, o objeto mais representativo encontrado no sítio, naquela ocasião, foi achado por acaso no leito do rio Itacimirim e trata-se da extremidade de uma fôrma de pão de açúcar.

As fôrmas são objetos cerâmicos de morfologia particular, consistindo num cone com a extremidade arredondada, semelhante a “sinos”, como pode ser visto na figura XX. Na extremidade há um orifício de aproximadamente 1 cm de diâmetro e seu uso ocorre exclusivamente na fase final do processo de transformação do caldo de cana em açúcar, chamado de purga, quando este já cristalizado era despejado nas fôrmas, dispostas com a extremidade para baixo em andainas onde permaneciam por 30 ou 40 dias. A abertura superior das fôrmas era coberta de barro e umedecida diariamente, enquanto pelo furo da extremidade inferior escorria o mel, que era aproveitado voltando ao cozimento ou sendo encaminhado para a destilação de aguardente nos alambiques.



Figura 18: Peças cerâmicas recuperadas do Engenho de Itacimirim, século XVI.
Fonte: Acervo (2006).

As escavações de salvamento indicaram que o nível da ocupação colonial estava a uma profundidade bastante variável, aproximadamente entre 0.60 e 1,00 m da superfície atual, atingindo 1.20 m e algumas áreas, o que é muito se comparado aos demais sítios já mapeados em Porto Seguro e Cabralia. Este acúmulo de sedimentos está associado aos fatores que explicam a formação geológica do sítio.

Quanto às evidências que remetem a atividade açucareira em superfície, destacamos a presença de material arqueológico no rio Itacimirim, de onde foram resgatados cerca de 1200 fragmentos cerâmicos pertencentes, em absoluta maioria, a fôrmas de pão de açúcar. Destoa do conjunto apenas algumas telhas queimadas em fôrmas padronizadas, que possuem três faces planas divididas por duas arestas no sentido longitudinal, com características, portanto recentes, sem nenhuma semelhança que as possa associar às telhas produzidas artesanalmente.

Nas intervenções realizadas no sítio não foram encontrados vestígios de elementos que pudessem indicar a configuração de possíveis construções ou abrigos, exceção feita aos restos de uma estaca de madeira, ainda na sua posição vertical, cuja função não foi possível averiguar. A princípio, no parece mais factível a hipótese de que as construções deste estabelecimento fossem de taipa ou adobe. Mas não se

descarta a hipótese de construções de pedra no local, considerando a extensão das áreas pesquisadas. Todavia, a inexistência de construções de pedra pode demonstrar a predominância de construções mais simples, em concordância com a dificuldade na obtenção de matéria-prima. Sem afloramentos rochosos, nas proximidades, somente os edifícios mais importantes de uso público ou religioso, além de moradias dos núcleos urbanos da região, no período colonial, foram construídos parcial ou totalmente com pedras, extraídos dos arrecifes.

Nas intervenções de prospecção, salvamento e pesquisa arqueológica, foram resgatados quase 21.700 fragmentos cerâmicos. Deste total, estimamos por amostragem que 33% do conjunto representa vestígios de cultura material pré-colonial. Quanto ao conteúdo informativo das peças, estimamos que 87% do material é composto de fragmentos simples, sem decoração ou indicadores de forma e função. Entretanto, nos outros 13% restantes estão fragmentos de grande conteúdo informativo, onde podem ser identificados motivos decorativos e formas típicas da cerâmica de tradição cultural Tupiguarani.

No litoral de Porto Seguro há um consenso entre os pesquisadores de que os Tupiniquins habitavam este trecho da costa quando chegaram os portugueses. Todavia, lembramos que além dos Tupiniquins havia outros grupos indígenas nômades de várias etnias, muitos deles inimigos entre si. Por terem grande mobilidade e não fixarem suas habitações por tanto tempo quanto aos tupiniquins, os achados de vestígios materiais que comprovam a existência destes grupos não são raros.

Os vestígios coloniais são maioria no conjunto analisado, representando estimados 67% do total de fragmentos cerâmicos encontrados. Além da cerâmica simples, também foram resgatados 140 pequenos fragmentos de faiança portuguesa por demais fragilizados e sem motivos decorativos.

A amostra de objetos cerâmicos coloniais é bastante homogênea na sua aparência. As cores predominantes são o cinza e o vermelho alaranjado, sendo que esta última, encontrada em maior quantidade, também é atributo das fôrmas de pão de açúcar. As escavações revelaram que, além das fôrmas, vários tipos de vasilhames eram constituídos de uma cerâmica com pasta semelhante. As evidências do uso

torno, técnica de produção cerâmica introduzida pelos colonizadores, estão presentes na face interna dos objetos.

A uniformidade aparente do conjunto cerâmico é resultado da utilização de matérias primas com a mesma procedência e, sobretudo, da observação das mesmas condições de queima. Estes são alguns fatores que nos levam a descartar, a princípio, que a produção destes objetos tenha ocorrido na região.

Segundo observação de Carlos Etchevame, docente da UFBA, a análise macroscópica preliminar revelou que as argilas utilizadas na pasta cerâmica destes objetos possui uma granulometria muito fina e homogênea, com a presença abundante de partículas de mica, diferenciando-se das argilas encontradas na região, abundantes em grãos de quartzo.

Elegeu-se a área onde ocorreram os objetos mais íntegros para a seleção dos dois fragmentos a serem datados, ambos retirados da camada de maior concentração material, entre 70 — 80 cm de profundidade. Foram selecionados um fragmento de fôrma de pão de açúcar para representar o conjunto de objetos coloniais e um fragmento de vasilhame de uso doméstico indígena, representando os vestígios pré-coloniais, e obtivemos os seguintes resultados na tabela 5:

Código da amostra (CEETEPS) ¹⁶	Fragmento Cerâmico	Idade e margem de erro (anos)	Período histórico correspondente
115	Colonial	510 ± 30	1460 – 1520 AD
124	Pré-colonial	500 ± 50	1450 – 1550 AD

Tabela 5: Datações de amostra cerâmicas do Engenho de Itacimirim. Fonte: Nascimento (2000).

As datações demonstram que o período de ocupação do sítio, numa das pequenas áreas pesquisadas, provavelmente teve seu início em momento anterior ao início da ocupação da capitania de Porto Seguro, que ocorreu em 1535 com a chegada de Pero do Campo Tourinho. Antes disso, o que sabemos é que haviam feitorias ao longo da costa brasileira para agenciar o comércio de pau-brasil.

Outro dado importante é que a data atribuída ao fragmento de fôrma de pão de açúcar, independente de estarmos diante de uma unidade produtiva ou não, é

anterior ao início da grande produção açucareira, ou do chamado ciclo econômico do açúcar propriamente dito. Deste período (de 1500 a 1520), são poucas as informações sobre o assunto.

Apesar de não responder a todos os questionamentos, a partir das informações de Gabriel Soares de Sousa e dos restos materiais encontrados foi levantada a hipótese de estar diante do referido engenho de “João da Rocha”, considerando que: através de fotos aéreas, aferimos a distância entre o sítio arqueológico e o núcleo urbano de Porto Seguro em cerca de meia légua. O núcleo primitivo da cidade está estrategicamente implantado na parte alta, sobre a falésia, e situado à beira de um rio, atualmente conhecido por Buranhém; o rio junto ao qual foram encontrados os vestígios arqueológicos atualmente é denominado de Itacimirim e entre ele e o rio que margeia a cidade de Porto Seguro, o atual Buranhém, está o rio São Francisco; a origem do rio São Francisco pode estar associada à sua proximidade com o sítio da antiga igreja de São Francisco de Assis, no Outeiro da Glória, cuja construção é atribuída aos primeiros 30 anos pós-descobrimento e, portanto, em momento anterior à crônica de Sousa, podendo este topônimo ter mantido a sua integridade até o presente.

Assim, esse contexto apresentado das informações sobre o engenho de Itacimirim, pode posicioná-lo como um dos mais antigos do Brasil, ou mesmo, o mais antigo do Brasil já identificado do ponto de vista arqueológico.

3.2.6.4 Aldeamentos indígenas

Segundo relatos de José de Anchieta, Porto Seguro contava com “2 aldeias de índios da doutrina a 5 léguas, de que os nossos tem particular cuidado, e outras 7 ou 8 aldeiasinhas a 4, 5 e 6 léguas por terra e 2 ou 3 engenhos de açúcar junto delas, as quais acodem de quando em quando”. Além das aldeias, a Companhia de Jesus mantinha uma casa, vinculada ao colégio da Bahia. Além dos aldeamentos administrados pela Companhia de Jesus havia aldeamentos particulares e os administrados por agentes da Coroa portuguesa. A política de aldeamento implicou um maior convívio com os europeus, a imposição do sedentarismo e de um estilo de

vida baseado numa organização social completamente diferente com o objetivo de desarticular os padrões organizacionais indígenas (SANTOS, 2015).

Após quase duas décadas afastados da capitania, os jesuítas retornaram a Porto Seguro no Natal de 1621. Atendendo aos clamores dos moradores locais, os padres Mateus Aguiar e Gabriel de Miranda iniciaram a construção de uma nova Residência da Companhia de Jesus em Porto Seguro, que recebeu o nome de Casa de São Salvador. Os padres também retomaram a política de aldeamentos na região, sobretudo com vistas a construir uma barreira militar contra os índios bravios dos sertões, conquistando em 1634 a doação de sesmarias refundação dos aldeamentos de São João e Espírito Santo, localizados nas proximidades da vila de Porto Seguro. A partir daí, os jesuítas consolidaram sua atuação na Capitania de Porto Seguro, que somente foi encerrada em meados do século XVIII, quando foram expulsos de todos os domínios lusitanos por ordem do marquês de Pombal (CANCELA, 2012).

Dessa forma, as “reformas jesuíticas” na antiga Capitania de Porto Seguro foram concretizadas em março de 1759. Os aldeamentos jesuíticos existentes foram transformados nas novas vilas de índios denominadas Trancoso e Verde. Os índios mergulharam em novas vivências tanto no governo civil das povoações quanto na nova condição genérica de vassalo. Os colonos, por sua vez, passaram a ter acesso direto à mão-de-obra indígena, negociando com os próprios trabalhadores o tempo e as condições do serviço e pagando o jornal de acordo com a tabela de preço estabelecida. Desta forma, essas primeiras medidas reformistas indigenistas implantadas em Porto Seguro provocaram a desestruturação do modelo de exploração do trabalho indígena pautado nos aldeamentos, nas administrações particulares e na escravidão, sem desenhar, contudo, um projeto mais amplo de desenvolvimento para a região do extremo sul da Capitania da Bahia (CANCELA, 2012).

No início da década de 1770, a antiga Capitania de Porto Seguro já vivia um novo processo de ordenamento territorial. Com a criação das seis vilas de índios, novas frentes de expansão passaram a ser projetadas sobre o território porto-segurense, materializando um frágil, porém intenso processo de dilatação das fronteiras coloniais. Ao se basear no aproveitamento da população indígena

“domesticada”, essas novas povoações cumpriram o papel estratégico de incorporar esses indivíduos efetivamente no processo colonial,

atribuindo-lhes novas funções e possibilitando vivenciar novas experiências. Nessas vilas, tais índios se transformaram em vassalos portugueses, sem, contudo, perderem sua condição de mão-de-obra prioritária dos empreendimentos coloniais (CANCELA, 2012).

A essa altura, no âmbito das relações sociais, os colonos luso-brasileiros que quisessem oficializar os enlaces com as índias deveriam ter investimentos para tal, pois como a maior parte desses nubentes era oriunda de outra freguesia, por vezes distantes muitas léguas de Porto Seguro, a espera pela produção dos documentos poderia se arrastar por longos meses, ou talvez anos. Caso se descobrisse a existência de algum impedimento, fosse por relação parental ou de apadrinhamento, fosse por laços esponsais anteriores, se fazia ainda necessária a abertura de pedido de dispensa ao vigário, resultando na demanda de mais tempo e recursos por parte dos pretendentes. Assim, chegar ao pé do altar para oficializar a relação marital exigia do colono luso-brasileiro um investimento financeiro nem sempre acessível à sua condição precária e instável. Desta forma, os obstáculos burocráticos e financeiros também se apresentavam como fatores que limitavam a realização dos casamentos mistos na antiga Capitania de Porto Seguro (CANCELA, 2012).

As doenças também agiam ferozmente contra as populações das vilas de índios de Porto Seguro. Mantendo um padrão devastador que se prolongava há centenas de anos, epidemias de varíola, sarampo e gripe devastavam as povoações com baixas que podiam atingir mais de 30% dos moradores. Em fins do século XVIII, por exemplo, todos os moradores indígenas do lugar de Barreiras morreram de bexiga, gerando grande inquietação dos demais moradores da povoação. No início do século XIX, o príncipe Maximiliano recolheu informações sobre grandes contágios nas vilas de Porto Seguro, registrando que “a varíola fez aqui terríveis devastações”. No entanto, em alguns desses casos, antes da onda epidemiológica representar um resultado relacionado à defasagem imunológica, era motivada por interesses expansivos sobre os territórios do interior do continente, quando colonos faziam uso de roupas contaminadas deixadas nos sertões com o objetivo de desobstruir a presença indesejada de índios não aliados. Mas, como a dinâmica das relações de

troca e de contato entre habitantes dos sertões e das vilas não comportava um isolamento efetivo, logo as doenças eram espalhadas sertão afora, atingindo, inclusive, os índios das povoações coloniais (CANCELA, 2012).

3.2.6.5 Igrejas

A Primitiva Colônia de Porto Seguro foi fundada pela segunda missão portuguesa de reconhecimento, comandada por Gonçalo Coelho. Essa foi também, a primeira missão colonizadora do Brasil. Segundo Jaboatão, os primeiros missionários católicos no Brasil foram dois frades franciscanos menores da Província de Portugal Observante. Seus nomes são desconhecidos. Foram enviados, em 1503, para Porto Seguro, para catequizar os índios.

Eles fundaram a primeira igreja do Brasil, que foi dedicada a São Francisco de Assis, construída com a ajuda dos índios. As ruínas pertencem à suposta primeira igreja do Brasil, que foi construída em 1503 por alguns frades franciscanos que vieram na expedição de Gonçalo Coelho com intuito de catequizar os índios da região, sendo que durante sua construção os frades contaram com a mão de obra dos povos Tupinikín. Segundo Tofani (2008), a igreja de São Francisco foi erguida originalmente como uma simples estrutura de madeira de palmas ou piaçavas e estaria destinada a participar dos mitos de origem relacionados à colonização portuguesa do Brasil e a se constituir em um intrigante elemento da história de Porto Seguro.

Jaboatão citou que, em Porto Seguro existia uma feira de escambo, para troca de mercadorias entre portugueses e índios. O Frei Jaboatão era franciscano e tinha cesso aos manuscritos da Ordem, no Brasil. Segundo ele, o povoado foi massacrado, em 19 de junho de 1505, pelos índios, que devoraram os dois frades. Em 1506, a colônia foi pacificada e reconstruída. Os franciscanos foram os primeiros missionários católicos no Brasil. Em 1515, chegaram mais dois, italianos, e reconstruíram a Igreja e uma habitação, com a ajuda dos índios.

Em 1526, a expedição de Cristóvão Jacques teria fundado a primeira Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, em Porto Seguro, e construído a Igreja da Misericórdia. Contudo essa igreja foi reconstruída em 1535 com imagem do Nosso

Senhor dos Passos. Construída no local da antiga capela quinhentista, tem a fachada em estilo barroco. Da igreja primitiva restam o púlpito e a imagem do Crucificado assim descrita por um viajante jesuíta em 1583: "Na Misericórdia tem um crucifixo da estatura de um homem, o mais acabado e devoto que já vi e não sei como a tal terra veio tão rica cousa". Essa Irmandade fundou o primeiro hospital do Brasil.

Segundo Santos (2015), o início da atuação de padres da Companhia de Jesus na Capitania de Porto Seguro, provavelmente, data do ano de 1550, sobretudo, a partir da atuação dos padres João Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antonio Pires, Afonso Braz e Ambrósio Rodrigues. A estratégia inicial baseava-se em missões itinerantes para pregar e realizar a conversão dos índios em suas aldeias. Em Porto Seguro, os jesuítas fundaram uma ermida localizada a pouco mais de uma légua ao sul da Vila de Porto Seguro. Conta o padre Vicente Rodrigues, em carta datada de 1552, que

*estando dois Padres em Porto Seguro fundando uma casa, e não tendo água que fosse boa para beber, desejavam ali perto uma fonte. Quis Deus que neste comenos cahiu um monte e com o abrir da terra se abriu a mais fermosa fonte que agora há naquela terra. E porque a casa que fundavam é da invocação de Nossa Senhora, se chama a mesma fonte entre os christãos e gentios da mesma Senhora*¹⁶².

A ermida era o principal ponto de referência e apoio dos inacionos nos primórdios da atuação dos jesuítas na capitania de Porto Seguro. Normalmente, os missionários se alojavam na ermida e de lá partiam para visitar aldeias que ficavam ao sul, norte e oeste.

3.2.6.6 Estruturas defensivas, a câmara e a cadeia

A existência do taipal, no entorno da ocupação inicial de Porto Seguro, revela indiscutivelmente as dificuldades com os indígenas naturais daquelas terras, tal como ocorria em Salvador e outras vilas coloniais. Porto Seguro estava cercada por muros de taipa, com duas portas que saíam para o "sertão". A documentação é rica em relatos dos conflitos com os povos naturais da região de Porto Seguro, que dá a medida da densidade desta ocupação tradicional.

Entretanto, via de regra, a maioria das grandes aldeias dos grupos tupis não estava implantada próxima ao litoral, mas espalhada nas margens dos rios que desaguavam àquela altura do litoral americano. Nos relatos escritos nos séculos XVI e XVII as referências dão conta das aldeias localizadas no rio Buranhém acima, bem como no Sernambitibe, Itacumirim, Francisco e do Frade (ACERVO, 2006).

A Casa de Câmara e também Cadeia de Porto Seguro foi construída em meados do século XVIII, figura XX. Embaixo funcionava a cadeia pública de Porto Seguro e na parte superior do edifício ficava a sede da administração regional, onde eram realizados encontros políticos. As paredes da casa possuem espessura de um metro de largura e, na época, acreditava-se que resistiriam até a ataques de balas de canhão, mas curiosamente as grades da cadeia são de madeira.



Figura 19: Antiga Câmara e Cadeia colonial de Porto Seguro. Fonte: Prefeitura de Porto Seguro (2023).

Com a Constituição de 1824, o Código Criminal e o Ato Adicional – as Casas de Câmara e Cadeia foram se esvaziando, pois a autoridade municipal perdia competências judiciais e de polícia, passando a abrigar apenas a Câmara dos Vereadores. Até a década de 80 do século XX, a Casa de Câmara e Cadeia era a sede

da Prefeitura de Porto Seguro. Atualmente, a Casa de Câmara e Cadeia está totalmente restaurada e no local funciona o Museu Municipal de Porto Seguro.

3.2.7 Potencialidade do patrimônio arqueológico municipal

Diante das informações levantadas com maior profundidade nessa etapa de caracterização, apresentam-se alguns sítios de grande relevância científica e que terão repercussão e tratamento diferenciado durante a confecção da carta arqueológica de Porto Seguro pelas características que apresentam:

A questão dos Caçadores-Coletores nas camadas mais antigas do Engenho de Itacimirim

Diante do contexto levantado, consideraremos a hipótese de que se trata de um possível remanescente da chamada “Tradição Itaparica” e logo, datações por carvão podem ser tentadas para identificar o horizonte cronológico dessa ocupação.

A questão dos sambaquis do Rio Buranhém

A localização dos sítios arqueológicos poderá levantar discussões a respeito da variação do nível do mar no segmento Leste ou Costa Oriental como denominam alguns geomorfólogos.

A questão da proximidade de um sítio ceramista Aratu com um sítio Tupi no Terravista

A localização lado a lado de dois sítios pertencentes a duas distintas tradições e que, aparentemente, não há trocas culturais, permite levantar a hipótese de tempos distintos de ocupação, porém motivados em ocupar o mesmo tipo de Geomorfologia. Logo, uma análise desse compartimento geomorfológico será detalhada nas próximas etapas para o zoneamento da carta, bem como realizar tentativas de datação dos materiais de ambas as culturas para identificar seu horizonte cronológico.

A questão da antiguidade de ocupações tupi em Trancoso

Datações mais antigas, esperadas na região nordeste para a tradição tupi não existem, a exceção dos achados em Trancoso que contrariou expectativas. As evidências de Trancoso somam-se aos achados no sul de Minas e na baía da Guanabara, onde formam encontrados sítios muito antigos e requer que o modelo de origem, ocupação e expansão da cultura tupiguarani seja repensado.

A questão do Engenho de Itacimirim

As datações apresentadas pelo material cerâmico reportam esse engenho ao contexto quinhentista e que talvez seja o engenho mais antigo do Brasil já identificado pela Arqueologia e que exigirá um olhar mais cuidado quando da elaboração da carta arqueológica.

Portanto, diferentes culturas, em diferentes contextos e em diferentes tempos atestam que o patrimônio arqueológico de Porto Seguro apresenta grande relevância cultural, étnica, histórica e mesmo turística, com os remanescentes de importantes de construções e vestígios que marcaram a história do Brasil.

4 PRODUÇÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DE PORTO SEGURO

4.1 AS CARTAS ARQUEOLÓGICAS E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A elaboração das cartas arqueológicas de Porto Seguro consistiu na localização geográfica de todos os sítios já cadastrados no IPHAN, a inclusão de novos sítios conhecidos na documentação de pesquisa e processos administrativos mas não publicizados nas bases informativas do órgão, a apresentação de uma contextualização em relação aos diferentes horizontes socioculturais que deixaram suas marcas nas paisagens e principalmente, a realização de um trabalho analítico de natureza interdisciplinar que buscou cruzar dados arqueológicos, ambientais e urbanísticos.

Incluir os aspectos geográficos do município para as cartas foi uma decisão importante, por possibilitar conhecer os diferentes compartimentos ambientais por onde várias culturas exploraram os recursos naturais disponíveis como as praias, as falésias, os tabuleiros e os vales fluviais. E os dados arqueológicos que foram tratados neste trabalho demonstram a riqueza e a diversidade de várias culturas, as quais extrapolam a ideia tradicional de associar Porto Seguro unicamente ao contexto quinhentista da chegada dos portugueses ao Brasil, testemunhada por meio do seu patrimônio edificado tombado e consagrado, como parte de um importante capítulo da história do nosso país.

As cartas arqueológicas apontam incidências, dispersões e concentrações de lugares onde foram encontrados registros materiais de grupos anônimos, pessoas comuns que deixaram rastros de suas vidas, desde a longínqua Pré-História local, com pelo menos, 5.000 anos atrás até o século XX. Diante dessa diversidade demonstrada nas cartas, bem como os locais em que há grandes potencialidades de se encontrar mais evidências, é preciso ressaltar aspectos de gestão e de proteção,

já que se trata de um patrimônio ainda pouco conhecido e que necessita de mecanismos de diretrizes para sua conservação e valorização.

Para a elaboração da Carta Arqueológica de Porto Seguro, a Lei Municipal nº 1.511/2009, que aprova o Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP), é uma grande aliada no sentido de que o município possui um instrumento jurídico elaborado através de cerca de oitenta audiências públicas em todo o território. A ideia é que esse mesmo instrumento sirva de parâmetro para adoção de medidas de proteção ao patrimônio arqueológico, tornando sua implementação parte da rotina do município e evitando-se, assim, a dependência exclusiva das normas e da fiscalização do IPHAN.

No zoneamento adotado pela municipalidade, as áreas que já estão delimitadas como tombadas ou como unidades de conservação já possuem um status especial de acautelamento do ponto de vista institucional e, por isso, chamamos a atenção para aquelas parcelas que possuem alta potencialidade arqueológica e que estão nas frentes de expansão urbana do município. Nestas áreas podem estar presentes registros arqueológicos relacionados aos contextos históricos e pré-históricos e que exigem das esferas municipal, estadual e federal um olhar mais atento, principalmente durante a condução dos processos de licenciamento ambiental.

E, naturalmente, reforça-se também que as áreas de baixo potencial arqueológico não se referem à ausência de absoluta de vestígios, o que significa que elas não sejam relevantes ou que devem ser ignoradas da gestão patrimonial, mesmo porque a carta não tem a pretensão de esgotar o tema. Conforme foi explanado, trata-se de um instrumento preditivo e preventivo, e certamente na longa trajetória humana no território portossegurense há ainda muitos sítios que foram obliterados pelos processos de sedimentação ou selados por camadas de asfalto e de concreto e que podem ser tecnicamente recuperados.

Isso posto, é preciso sempre expor que os sítios arqueológicos são protegidos pela Lei Federal nº 3.924 de 1961, que é desde então o principal instrumento de salvaguarda e proteção desse tipo de acervo cultural. Essa categoria de patrimônio cultural encontra-se enquadrada nos Bens da União, cuja descaracterização e/ou

destruição, incorrem em infrações sujeitas a penalidades previstas na legislação. E aqui destacamos os artigos 3 e 5:

Art 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

Art 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

A partir desse marco inicial, novos instrumentos jurídicos na década de oitenta do século passado foram implementados de maneira a operacionalizar e assegurar a preservação do patrimônio arqueológico. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a proteção do acervo cultural é garantida nos artigos 23 e 216:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A legislação específica que ordena e normatiza os trabalhos de pesquisa de campo e a documentação necessária para apresentar os resultados das pesquisas é a Portaria SPHAN nº 07 de 1988. Nela estão estabelecidos os passos para a obtenção

de permissões e autorizações para execução dos trabalhos de intervenção arqueológica, com exigências de conteúdo básico de relatório técnico, dentre outras resoluções.

Em relação à legislação ambiental, temos a Resolução CONAMA (001/1986), tem seu escopo, a exigência da realização de estudos prévios nos processos de licenciamento ambiental que contemplem o patrimônio cultural em fase anterior à qualquer empreendimento que possa gerar impactos diretos ou indiretos sobre os mesmos.

Este dispositivo foi incorporado aos projetos ambientais e, sem dúvida, constitui-se em um dos principais mecanismos de conhecimento e de avaliação do patrimônio cultural existente no Brasil. Com esta exigência ampliou-se a oportunidade no campo de atuação dos arqueólogos, cujos trabalhos vem contribuindo para uma melhor compreensão da ocupação pré-histórica e histórica, oportunidades que podem também revelar territórios tradicionais de comunidades remanescente, sejam elas de origem quilombolas ou indígena, no qual este último grupo é fortemente representado em Porto Seguro e o segundo, que ainda pode ser evidenciado em estudos futuros.

Já a Lei de Crimes Ambientais nº 9.650 de 1998, determina nos artigos 62, 63, 64 e 65 a pena para relativa a destruição do patrimônio arqueológico:

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

A instrução normativa IPHAN nº 01 de 2015 regulamenta as exigências do IPHAN para anuência do órgão em relação às licenças ambientais, correlacionando o nível de impacto dos empreendimentos ao patrimônio cultural com a realização de etapas de pesquisa multidisciplinares para atender aos vários campos do patrimônio protegidos por lei, como o material (arquitetura, conjuntos tombados arqueologia e patrimônio ferroviário) e imaterial. O patrimônio arqueológico se destaca nos licenciamentos por contar com estudos preliminares para caracterização das áreas de interesse antes da instalação de empreendimentos.

A associação de níveis de impacto por porte do empreendimento nem sempre reflete a possível relevância arqueológica de pequenas áreas que, a princípio, ao serem dispensadas de licenciamento ambiental, poderiam também ser dispensadas de licenciamento arqueológico. Essa questão é um ponto central para o patrimônio arqueológico de Porto Seguro devido à grande concentração de sítios arqueológicos na região costeira e do avanço da urbanização “recente” em termos históricos, considerando a antiguidade dos assentamentos humanos na região, que alcançam quase 5.000 anos.

Existem ainda outros documentos normativos como as Cartas Patrimoniais, nas quais são recomendadas diretrizes para a implementação de uma política cultural de conservação e de gerenciamento dos países signatários. Como exemplos importantes, temos a Carta para Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, publicada pelo ICOMOS em 1990 com sugestões de uma política integrada com o público em geral. Essas cartas além de apresentarem a defesa do patrimônio

edificado e arqueológico, também valorizam aspectos imateriais da cultura de grupos nativos, a exemplo das populações indígenas.

E por fim, ressalta-se que do ponto de vista legal, todos os sítios arqueológicos, independentemente de sua ordem cronológica, de seu estado de conservação, filiação étnica ou de dimensão, tem a mesma relevância histórica e cultural. Qualquer valoração atribuída, portanto, não tem validade sob essas perspectivas que foram mencionadas.

Diante do exposto e da atual vocação econômica da cidade de Porto Seguro, o turismo arqueológico pode ser um caminho interessante para a divulgação e valorização desse patrimônio. O turismo arqueológico, segmento especializado do Turismo Cultural, oferece plataformas de complementação de renda por meio de um desenvolvimento sustentável. A adoção de políticas públicas é fundamental para alavancar esse setor, tendo em vista que o município é rico no contexto de unidades de conservação, conforme foi demonstrado nas cartas e que possuem em suas áreas grandes potenciais arqueológicos, onde podem ser desenvolvidas ações nesta direção (SILVA, 2025a, 2025b).

Assim, por meio da parceria entre agentes públicos e agentes privados do setor turístico, pode-se efetuar diagnósticos específicos, definição de condições de acesso, situação atual dos sítios,, contextualização socioambiental dos sítios, elaboração de roteiros e de circuito, avaliação dos impactos e de suas medidas mitigadoras, estudos de demanda, perfil de turistas, proposta de integração com projetos de educação patrimonial, estudos de investimentos necessários, etc. e sempre frisando que qualquer intervenção nos sítios arqueológicos planejados para fins de atividades turísticas, devem ser aprovadas pelo IPHAN. E a carta arqueológica de Porto Seguro é, além de ser um instrumento de pesquisa científica, é também uma fonte de informação turística, diante das descrições e da distribuição locacional desses bens, de forma a oferecer mais uma opção de atividade econômica para o município.

4.2 METODOLOGIA PARA A PRODUÇÃO DAS CARTAS TEMÁTICAS

Para fins da construção da Carta Arqueológica de Porto Seguro a partir de um modelo preditivo e preventivo, foram considerados dois grandes grupos de informações geográficas: as informações ambientais, referentes os elementos naturais com geologia, geomorfologia, pedologia e fitogeografia, e as informações sobre o uso antrópico do solo. Nesta condição, a ideia fundamental da metodologia foi realizar diversos cruzamentos entre as coordenadas geográficas dos sítios que foram já identificados e que tiveram suas coordenadas revisadas neste projeto com mapas das temáticas ambientais e mapas referentes ao Plano Diretor do Município e de áreas protegidas, como unidades de conservação, áreas tombadas e terras indígenas.

Dessa forma, cada mapa de temática ambiental e de uso antrópico foi individualmente destacado, isolado e analisados e, ao final, foram realizados diversos cruzamentos entre essas camadas para construir o zoneamento arqueológico do município, de forma a evidenciar em diferentes níveis de classificação os locais de potencialidade arqueológica.

Em relação às atividades preliminares à construção das cartas, houve revisão bibliográfica sobre o patrimônio arqueológico de Porto Seguro, a revisão das coordenadas dos sítios arqueológicos para fins de cadastro junto ao IPHAN e realização de vistorias em todos os compartimentos geográficos, nas zonas urbanas e rurais, para reconhecer e visualizar os aspectos das paisagens naturais e da ocupação humana.

Na abordagem de cada temática levantada impôs-se inicialmente uma organização das cartas em três blocos que foram assim denominados:

- 1 Patrimônio arqueológico e variáveis ambientais**
- 2 Patrimônio arqueológico e usos antrópicos do território**
- 3 Zoneamento arqueológico**

Para o cruzamento entre o patrimônio arqueológico e as variáveis ambientais, entende-se que o meio ambiente biofísico do município pode fornecer um quadro dos

recursos potenciais para as populações humanas, quer seja no período histórico ou pré-histórico. É evidente que estes se tornam recursos efetivos apenas na medida em que são percebidos e/ou explorados pelos grupos humanos. A utilização de determinados recursos não depende só do quadro tecnológico disponível, mas também das escolhas culturalmente determinadas. Dessa forma, é preciso ressaltar que nem todos os recursos potenciais existentes são explorados de forma determinista e dentro de um mesmo meio ambiente físico populações com culturas diversas ou as mesmas populações, em períodos distintos, podem explorá-lo de forma diferente.

A carta arqueológica baseia-se em modelo preditivo e preventivo, ou seja, trata-se de graus de possibilidades de ocorrência de vestígios arqueológicos em uma determinada área. A análise locacional de todos os sítios já identificados em Porto Seguro combinada com a sobreposição de variáveis ambientais e de usos antrópicos representa um viés importante para construir o zoneamento e assim apontar áreas que estão mais vulneráveis diante da expansão urbana do município.

Neste sentido, foram isolados quatro temáticas da Geografia Física com a plotagem dos sítios arqueológicos em cada um deles:

- **Geologia**, se tratando de rochas e minerais, um aspecto importante para sociedades caçadoras-coletoras para confeccionar seus instrumentos líticos e mesmo para o período histórico;
- **Geomorfologia**, se tratando do relevo, com os diferentes compartimentos revelando ambientes de erosão, os quais apresentam um menor grau de preservação dos vestígios arqueológicos e ambientes de deposição, os quais apresentam um maior grau de preservação dos vestígios;
- **Pedologia**, se tratando das classes de solos, um aspecto relevante para sociedades horticultoras-ceramistas e mesmo para o período histórico para aqueles solos considerados mais férteis;
- **Fitogeografia**, se tratando de cobertura vegetal original, um aspecto importante para todos os grupos humanos que passaram pelo território do município. Contudo, cabe frisar que essa variável é muito sensível às

mudanças climáticas que ocorrem ao longo do Pleistoceno e do Holoceno. Como os estudos paleoambientais disponíveis ainda não permitem uma cartografia exata e reconstruir ecossistemas do passado ao longo dos diversos milênios é uma atividade que exige minuciosos estudos de uma equipe interdisciplinar e que estaria fora do alcance da execução dessa carta arqueológica, a metodologia voltou-se para representar a cobertura vegetal original da atualidade.

A avaliação da potencialidade do patrimônio arqueológico e sua relação com os usos antrópicos do território está alicerçada na correlação direta entre o grau de preservação do solo com a probabilidade de ocorrência arqueológica, ou seja, baseia-se na ideia da intensidade do revolvimento do solo.

Como ponto de partida, consultamos a classificação do arqueólogo Edward Staski (1982), considerado um dos grandes clássicos na bibliografia da Arqueologia Urbana, o qual estabeleceu um sistema de classificação a partir do grau de revolvimento do solo para diversos tipos de construção como casas, edifícios, ruas, escolas, fábricas, centros comerciais, áreas agrícolas, parques, jardins, loteamentos irregulares etc. E partir dessa referência, foi elaborado um sistema de classificação voltado para o município de Porto Seguro diante de suas características urbanas próprias (VEIGA, SILVA, 2018).

Neste sentido, foram isoladas duas temáticas do uso antrópico do território com a plotagem dos sítios arqueológicos em cada um deles:

- **Áreas protegidas**, referentes às unidades de conservação, áreas tombadas pelo IPHAN e terras indígenas, pois ao se tratar de territórios que apresentam uma gestão voltada para a conservação, entende-se que possíveis ocorrências arqueológicas estejam preservadas;
- **Pranchas com o zoneamento urbano e áreas envoltórias**, referente ao mapa do Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP), que apresenta em detalhes a zona urbana do município associado com a Geomorfologia e ainda com as indicações das zonas de expansão urbana, o que permite

identificar também as áreas com maior vulnerabilidade para o patrimônio arqueológico.

E por fim, o último bloco está o zoneamento arqueológico, com a sobreposição das temáticas, dividida entre a Zona Rural e a Zona Urbana. Para a Zona Rural, foram sobrepostas as temáticas geomorfológicas e fitogeográficas juntamente com as áreas protegidas, o que resultou em contornos por graus de potencialidade arqueológica para a parte voltada para o interior do município. Enquanto para a Zona Urbana foram sobrepostas a planta do Plano Diretor com as áreas protegidas, o que resultou em contornos por graus de potencialidade arqueológica voltada para a parte litorânea do município.

A elaboração dessas cartas e seus cruzamentos foram feitas a partir do SIG (Sistema de Informação Geográfica), pois uma de suas características é gerar dados secundários a partir de outras fontes. Uma vez montado, codificado e armazenado os dados ambientais e urbanísticos de uma localidade, torna-se viável a aplicação de modelos preditivos.

A utilização do SIG para desenvolver modelos preditivos é um instrumento heurístico e que pode refinar o conhecimento científico sobre a distribuição dos assentamentos de uma cultura e sua interação com o meio ambiente. O desenvolvimento desses modelos com o SIG permite a construção de instrumentos eficazes e de baixo custo para o gerenciamento e proteção do patrimônio arqueológico.

A partir das confecções cartográficas, as categorias de zoneamento foram construídas a partir dos inúmeros cruzamentos e foram devidamente descritas, entendendo-se como graus mais baixos ou mais elevados de probabilidades de ocorrências arqueológicas, como resultado de uma complexa conjunção de fatores naturais, do quadro urbanístico atual e as características socioeconômicas dos grupos humanos que viveram no município de Porto Seguro.

Portanto, a metodologia propôs elaborar não apenas uma única carta arqueológica, mas diversas cartas arqueológicas a partir de variáveis ambientais e antrópicas, apresentando ao final uma síntese por meio do zoneamento baseado na potencialidade das zonas rural e urbana, a fim de indicar para gestores municipais,

funcionários de órgãos patrimoniais, estudantes, pesquisadores e empreendedores, os locais de maiores probabilidades de incidências, colocando a carta como um instrumento de pesquisa, de licenciamento ambiental, de gestão patrimonial e de planejamento urbano.

4.3 ZONEAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS ÁREAS RURAIS

Para fins de zoneamento da zona rural, de uma forma geral, a metodologia se fez valer de quatro aspectos ambientais: a geologia, a geomorfologia, a pedologia e a fitogeografia. E cada classe demonstrada nas legendas das respectivas cartas foi avaliada sob a luz das culturas arqueológicas que passaram pelo município.

Assim, para a carta da Geologia, foram consideradas as categorias alta, média e baixa de potencialidade arqueológica, a partir da justificativa de obtenção de matéria-prima lítica de grupos caçadores-coletores e de horticultores-ceramistas. Conforme, a revisão bibliográfica apresentada neste trabalho, a principal litologia recuperada das pesquisas arqueológicas foi o quartzo. E em um segundo plano elementos granitóides. Também incidiu a presença de ambientes sedimentares, a exemplo dos aluvionares e fluvio-lagunares, os quais terminam por englobar os aspectos hidrográficos, posto que a presença de água é essencial para os assentamentos humanos. Assim, a partir desse dado, apresentamos a classificação de potencialidade da zona rural, a partir de critérios exclusivamente geológicos em:

Alta potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Depósitos litorâneos
- Depósitos aluvionares
- Depósitos de pântanos e mangues
- Depósitos fluvio-lagunares
- Granito Santa Mariaa do Salto

Média potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Complexo Itapetinga
- Complexo Jequitinhonha
- Grupo Barreiras

Baixa potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Formação Ribeirão Folha

Para a carta de geomorfologia foram considerados as formas de relevo identificadas e com a justificativa da oposição fundamental entre ambientes de erosão, os quais oferecem pouca possibilidade de preservação do registro arqueológico e ambientes de deposição, os quais oferecem maiores possibilidades de preservação do registro arqueológico. Também incidiu a presença de ambientes flúvio-lacustres, os quais terminam por englobar os aspectos hidrográficos, posto que a presença de água é essencial para os assentamentos humanos. Assim, a partir desses dados, apresentamos a classificação de potencialidade da zona rural, a partir de critérios exclusivamente geomorfológicos em:

Alta potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Planícies costeiras
- Planícies fluvio-marinhas
- Planícies fluviais ou flúvio-lacustres
- Superfícies aplainadas degradados
- Tabuleiros

Média potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Tabuleiros dissecados
- Domínio de colinas dissecadas e de morros baixos
- Domínio de colinas amplas e suaves

Baixa potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Inselbergs
- Vales encaixados

Para a carta da pedologia, foram consideradas as classes de solos identificadas, com o critério relacionada à aptidão agrícola dos solos de forma natural. É importante ressaltar que as classes de solos podem apresentar diferentes níveis de fertilidade, ou seja, em locais específicos um solo considerado mais fértil pode não apresentar alta fertilidade por razões locais. A escala adotada está conforme um padrão mais generalizante de fertilidade natural, um aspecto que poderia atrair populações horticultoras-ceramistas e mesmo grupos do período histórico. Assim, a partir desses dados, apresentamos a classificação de potencialidade da zona rural, a partir de critérios exclusivamente geomorfológicos em:

Alta potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Cambissolos
- Argissolos

Média potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Gleissolos
- Espodossolos

Baixa potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Latossolos
- Neossolo quartzarênico

Para a carta de fitogeografia, foram consideradas as coberturas vegetais originais, as antropizadas e ainda áreas de agropecuária. Considera-se que as áreas que ainda possuem remanescentes bem preservadas, podem apresentar maior potencialidade de registros arqueológicos, uma vez que o solo não foi muito revolvido e em contrapartida, os solos que foram alvos de atividades agrícolas, pastoris ou de silvicultura, tiveram os solos mais revirados. Contudo, ao contrário das outras variáveis, para a fitogeografia foram destacadas apenas duas: alta e média. Isso ocorreu em razão da revisão das próprias fichas dos sítios arqueológicos, onde foram identificados sítios arqueológicos em plena silvicultura de eucaliptos. Assim, a partir desses dados, apresentamos a classificação de potencialidade da zona rural, a partir de critérios exclusivamente fitogeográficos em:

Alta potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Formação pioneira com influência fluvial e/ou lacustre e/ou marinha (inclui mangues e restingas)
- Floresta Ombrófila densa das terras baixas

Média potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Vegetação secundária
- Agropecuária

4.4 ZONEAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS ÁREAS URBANAS

O zoneamento arqueológico das áreas urbanas tomou como base a cartografia elaborada para o Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP), que classificou a ocupação urbana em áreas já consolidadas e de futura expansão, servindo, portanto, de instrumento de análise preditiva sobre os impactos futuros ao patrimônio arqueológico porventura existente nos locais selecionados.

O zoneamento elaborado pelo PDMP atinge especialmente a região costeira do município, onde está concentrada a maior parte da população e onde também, coincidentemente, já existe proteção federal de preservação patrimonial, com o tombamento pelo IPHAN que engloba toda a faixa litorânea adentrando três quilômetros no território.

Para a carta de zoneamento urbano, foi considerada a combinação entre a densidade e intensidade das ocupações em relação a duas variáveis predominantes: preservação da cobertura vegetal, proximidade com os sítios urbanos coloniais e terrenos propícios a ocorrência de sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos considerando os resultados de análise das cartas temáticas produzidas. Assim, a partir desses dados, apresentamos a classificação de potencialidade da zona urbana, a partir de critérios exclusivamente da ocupação do território adaptada da nomenclatura e divisões adotadas no Plano Diretor Municipal Participativo em:

Alta potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Núcleos urbanos coloniais
- Áreas costeiras
- Áreas urbanas de baixa ocupação e vegetação preservada
- Áreas de ocupação nas várzeas dos rios

Média potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Entorno de áreas de alto potencial arqueológico ocupadas ou em
- Áreas urbanas consolidadas, em locais propícios para ocorrência de vestígios de ocupação humana pretérita no entorno de áreas de alto potencial arqueológico

Baixa potencialidade arqueológica para os locais onde ocorrem:

- Áreas de ocupação urbana intensiva

Áreas de Vulnerabilidade

- Áreas escolhidas para expansão urbana, com ocupação de intensidade variada e porções de vegetação preservada em diferentes proporções, ameaçadas pela falta de estudos arqueológicos preventivos

A vulnerabilidade dos contextos urbanos encerra a análise da carta para destacar a fragilidade do patrimônio arqueológico frente à dinâmica urbana, servindo de ferramenta de orientação aos órgãos públicos para a adoção de medidas de salvaguarda preventiva à preservação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez concluídas as atividades de revisão das fichas dos sítios arqueológicos do município de Porto Seguro, passou-se a planejar e construir as cartas arqueológicas. Ressalta-se aqui, que empregamos em sua forma plural, pois são as inúmeras abordagens e combinações que podem ser realizadas e logo, o presente trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema.

Como resultado principal, o produto foca na carta arqueológica voltada para a zona urbana do município, onde ocorrem as edificações e as expansão imobiliária da cidade. Esse produto foi elaborado em consonância com o plano diretor do uso do solo da Prefeitura da cidade, o que irá facilitar o seu manuseio por parte dos agentes públicos municipais.

A metodologia aplicada durante os trabalhos teve como visão a interdisciplinaridade e o uso de modelo preditivos e preventivos para demonstrar a complexidade e a riqueza do patrimônio arqueológico da cidade, mais do que listar os sítios arqueológicos já conhecidos, o trabalho focou em analisar variáveis ambientais e urbanísticas para apontar incidências, dispersões e vulnerabilidades.

Quanto aos sítios arqueológicos em si, eles demonstram uma ampla diversidade de pessoas de diversas origens que viveram suas vidas no território de Porto Seguro e que vai muito além do contexto das caravelas portuguesas que chegaram no século XVI. A arqueologia proporciona a possibilidade de evidenciar a vida de pessoas anônimas e que deixaram seus vestígios nas paisagens de Porto Seguro.

Assim uma vez que o trabalho reúne diversas informações, ele pode ser utilizado para além de um instrumento do planejamento urbano, enquanto fonte de pesquisa científica, referencial para o turismo, no uso escolar e como apoio para a gestão das áreas protegidas do município, um aspecto que está profundamente marcada na gestão do território e que se refletiu diretamente no zoneamento da carta arqueológica.



Ante ao exposto, entregamos esse instrumento de consulta e de pesquisa científica ao IPHAN e com as melhores expectativas de seu uso em Porto Seguro e que podem contribuir para resgatar o patrimônio arqueológico que está debaixo do concreto ou de difícil visualização nos diferentes compartimentos ambientais do município.

6 REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. Litoral do Brazil: Brazilian Coast. São Paulo: Metalivros, 2001.
- ACERVO. **Programa de Resgate Arqueológico da rodovia BA-685, TRECHO Tania- Ponto Central, Santa Cruz de Cabralia, Bahia:** relatório final. Porto Seguro, p. 448, 2006.
- ACERVO. **Programa de Diagnóstico e Prospeção Arqueológica em Terrenos na Orla Norte, Porto Seguro, Bahia.:** relatório final, Porto Seguro, p. 37, 2009.
- AMORIM, R. R.; Oliveira, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. **Revista Caminhos de Geografia**, 2007.
- ANGULO, R.; LESSA, G. The Brazilian Sea-level Curves: a Critical Review with Emphasis on the Curves from Paranaguá and Cananéia Regions. **Marine Geology**, n. 140, 141-166p., 1997.
- ANGULO, R.; LESSA, G.; SOUZA, M. A Critical Review of Mid- to Late-Holocene Sea-level Fluctuations on the Eastern Brazilian Coastline. **Quaternary science reviews**, n. 25, 486-506p., 2006.
- ANGULO, R.; LESSA, G.; SOUZA, M. The Holocene Barrier Systems of Paranaguá and Northern Santa Catarina Coasts, Southern Brazil. In: DILLENBURG, S.; HESP, P. **Geology and Geomorphology of Holocene Coastal Barriers of Brazil**. Berlin: Springer, 2009, 135-176p.
- BACELAR, Jonildo. História de Porto Seguro. Bahia Turismo. Disponível em: < <http://www.bahia-turismo.com/porto-seguro/historia.htm>>, 2018
- CALDERÓN DE LA VARA, V. As tradições líticas de uma região do baixo médio São Francisco (Bahia). **Estudos de Arqueologia e Etnologia**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Coleção Valentin Calderón, v.1, p. 37-52, 1983
- CALDERÓN DE LA VARA, V. Nota prévia sobre a arqueologia das regiões central e sudoeste do Estado da Bahia. **PRONAPA**, Resultados Preliminares do 2 ano, 1966-1967. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações avulsas, n.10,. p.135-147, 1969.
- CALDERÓN DE LA VARA, V. Notícias preliminares sobre as sequências arqueológicas do médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia. Publicações avulsas: **PRONAPA**, Resultados Preliminares do 1 ano, MPEG, Belém, n 6, p. 107-119, 1966
- CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese de doutorado, UFBA, p. 338, 2012.

- CARDOSO, Tadeu. **Os sambaquis do Baixo Curso dos Rios Buranhém e João de Tiba: um estudo da Arqueologia da Paisagem na Costa do Descobrimento, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália**. Qualificação de Mestrado, UESC, p. 56, 2014.
- CARVALHO, Ana. **Impacto ambiental e previsão de geração de resíduos sólidos em Porto Seguro (BA)**. Dissertação de Mestrado, UFSB, p. 70, 2020.
- CORREA, Ângelo. Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios tupi. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 14, p. 379-406, 2017.
- DANTAS, Marcelo Eduardo; MEDINA, Antônio Ivo de Menezes; SHINZATO, Edgar . Geomorfologia da Costa do Descobrimento - Extremo Sul da Bahia: municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 41-47, 2002.
- DÓCIO, V. A.. Análise de Parte da Cerâmica Arqueológica Proveniente do Complexo Turístico Hoteleiro Terravista, Porto Seguro, Bahia. In: IV Encontro Estadual de História - Anpuh-Ba, História: Sujeitos, Saberes e Práticas., 2008, Vitória da Conquista. **Anais Eletrônicos IV Encontro Estadual de História ANPUH-BA**, 2008.
- DOMINGUEZ, J. The Coastal Zone of Brazil. In: DILLENBURG, S.; HESP, P. **Geology and Geomorphology of Holocene Coastal Barriers of Brazil**. Berlin: Springer, 2009, 17-46p.
- DOMINGUEZ, J.; ANDRADE, A.; ALMEIDA, A.; BITTENCOURT, A. The Holocene Barrir Strandplains of the State of Bahia. In: DILLENBURG, S.; HESP, P. **Geology and Geomorphology of Holocene Coastal Barriers of Brazil**. Berlin: Springer, 2009, 253- 288pp.
- ETCHEVARNE, C. A.; MOTTA, L. B. e VIVA, L. A. **Projeto de mapeamento de sítios arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano**. Relatório de atividades em Porto Seguro, v.1. Porto Seguro, MAE/UFBA, [relatório digitado], 1998.
- ETCHEVARNE, C. A. A ocupação humana do Nordeste Brasileiro antes da colonização portuguesa. In: **Revista USP** (1). São Paulo: Edusp, p.112-143, 2000.
- FERNANDES, Henry. Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba, BA. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2003.
- FERNANDES, Henry. Pequenas variações nos sepultamentos da tradição Aratu na Bahia. *Especiaria*, v. 17, n. 30, p. 151-172, 2017.
- FERNANDES, Suzana. Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucai. Dissertação de Mestrado, USP, 298p, 2001.
- GASPAR, M. D. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.
- GONZÁLEZ, Erika. Os grupos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 6, p. 83-121, 1996.
- LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os caçadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP, Antes de Cabral: arqueologia brasileira** 44, 1999-2000.

LIMA, Tania. Nos mares do sul: a pré-história do litoral centro-meridional brasileiro. **Antes histórias da pré-história**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, p. 44-63, 2004.

MACÊDO NETO, C. **A Linguagem dos Seixos**: Tecnologia Lítica de Debitagem Sobre Seixos em Dois Sítios Sob Abrigos do Sub Médio São Francisco. Dissertação de Mestrado, MAE/USP. Salvador, 1996.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do nordeste do Brasil**. Recife: EDUFPE, 2005.

MARTIN, G.; ROCHA, J. O adeus á Gruta do Padre, Pernambuco: a Tradição Itaparica de coletores-caçadores no médio rio São Francisco. **Clio** Série arqueológica, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, vol. 1, nº. 6, 1990. p. 31-67.

MORAES FILHO, J.C.R.; MELLO, R.C.; SAADI, A. Geologia. Projeto Porto Seguro/Santa Cruz Cabralia. Salvador: CPRM-SUREG/SA. 1999.

MORALES, W. F.. **Arqueologia Hoje**. 12. ed. Ilhéus: Editus, 316p, 2009.

MURICY, Ivana Tavares. **O Éden terrestre**: a construção social de Porto Seguro como cidade turística. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia,

Salvador, 2001. Orientador: Carlos Geraldo (Gey) Espinheira.

NASCIMENTO, Luiz Viva. Arqueologia de uma unidade de produção açucareira na Bahia do século XVI. In: **Seminário Internacional História e Tecnologia do Açúcar**, Funchal [Portugal]. História e Tecnologia do Açúcar. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico,. p. 161-182., 2000.

PROUS, André. Arqueologia brasileira. Brasília: UNB, p. 613, 1992.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.; MORALES, W. F. e NASCIMENTO, L. A. V. **Programa de Resgate Arqueológico da LD 138 kV Centro de Convenções Terravista, BA**. Relatório final. São Paulo: DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia, 2005.

RODET M. J.; TALIM, Déborah ; BASSI L.F. . Reflexões sobre as primeiras populações do Brasil Central:. **Habitus**, PUC de Goiás (versão eletrônica), v. 9, p. 81-100, 2012.

RODRIGUES, I. M. **Fora das grandes aldeias**: a ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SANTANA, J. **Paisagem Sambaquieira do Holoceno Recente**: Sambaquis do Paty e Ilha das Vacas, Baía de Todos os Santos, Bahia, Brasil. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), PROARQ, UFS, 2019.

SANTOS, Uiá Freire Dias dos Santos **Negociação e Conflito na Administração do Pau Brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605 – 1650)**, UFBA, Salvador, 2015.

SANTOS, Uíá. F. D.. Experiências, e ação política indígena na capitania de Porto Seguro século XVII). **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, v. 1, p. 237-256, 2018.

SENA, Vivian Karla. **Reconsiderando a Materialidade no Sítio Arqueológico Macaguá I**. Tese de doutorado, UFPE, 2013.

SILVA, Leandro Vieira da. **As cerâmicas da Casa da Torre e do Galeão Sacramento**: hierarquia social, simbolismo e ideologia nas práticas alimentares na Bahia Colonial. Tese de Doutorado, USP, 603 p., 2019.

SILVA, Leandro Vieira da. Turismo arqueológico em Unidades de Conservação: experiências, desafios e perspectivas no Parque Estadual da Serra do Cabral, Minas Gerais. **Revista Noctua**, v. 1, p. 29-40, 2025a.

SILVA, Leandro Vieira da. A conexão possível: a gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação. **Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL)**, 22(43), 13-36. 2025b.

SILVEIRA, J. Morfologia do Litoral. In: AZEVEDO, A. **Brasil a Terra e o Homem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. 117-131p.

SOARES, Juliana. Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 23, p. 61-77, 2013.

SOUZA, C.; SOUZA-FILHO, P.; ESTEVES, L.; VITAL, H.; DILLENBURG, S.; PATCTHINEELAM, S.; ADDAD, J. Praias Arenosas e Erosão Costeira. In: SOUZA, C.; SUGUIO, K.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, P. **Quaternário do Brasil**, pp. 130-152, Holos, Ribeirão Preto, 2005.

SOUZA, C. M. P; MOREAU, A. M. S. S.; FONTES, E. O. Zoneamento geoambiental e transformações da paisagem dos municípios Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália – BA. **IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP**, Rio Claro, 2009.

SOUZA, C. S.; FONTES, Ednice de Oliveira ; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos . Zoneamento geoambiental e transformações da paisagem dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália-Ba. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 5, p. 41-53, 2011.

SUGUIO, K.; MARTIN, L; BITTENCOURT, A.; DOMINGUEZ, J.; FLEXOR, J.; AZEVEDO, A. Flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário Superior ao longo do litoral brasileiro e suas implicações na sedimentação costeira. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 15, n. 4, 273-286p., 1985.

VILLWOCK, J. **A Costa Brasileira**: Geologia e Evolução. Notas técnicas, CECO/UFRGS, n. 7, 38-50p., 1984.

WAGNER, Gustavo Peretti. O povoamento da costa atlântica brasileira, uma abordagem geoarqueológica para a transição entre holoceno inicial e médio | **TESSITURAS** v. 9 n. 2, 2022